UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Graciele Hilda Welter

A ANÁFORA ENCAPSULADORA COMO OBJETO DE DISCURSO NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO GÊNERO TEXTUAL NOTÍCIA

Passo Fundo

2009

Graciele Hilda Welter

A ANÁFORA ENCAPSULADORA COMO OBJETO DE DISCURSO NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO GÊNERO TEXTUAL NOTÍCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Professora Dr. Cláudia Stumpf Toldo.

Passo Fundo

2009

Para *Roberto e Rafaela.*

AGRADECIMENTOS

A Deus

Aos meus pais

Aos amores da minha vida: Roberto e Rafaela

A todos os professores deste curso

A minha orientadora, Professora Cláudia

A todos os amigos e colegas

“No princípio era a palavra.
Não só no princípio: no princípio, no meio, no fim.
Pensamos com palavras, com palavras sonhamos,
até silenciamos com elas.
Com palavras amamos, brigamos, cantamos, rezamos.
E Deus,
quando resolveu salvar o homem, se fez palavra verbo.
A palavra é o próprio homem, racional, espiritual.
Nunca é demais, portanto,
aperfeiçoar a faculdade da linguagem.
Aprender a dominar a palavra, ir ao fundo da sua significação,
da sua expressividade,
da sua capacidade de evocação e sugestão.
Nunca é demais aprender a ser correto,
exato e influente pela palavra”.

Celso Luft

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo da anáfora textual como objeto de discurso, produzido pela atividade discursiva, que contribui para a construção dos sentidos nos textos. À luz dos estudos da linguística textual, observa a ocorrência da anáfora encapsuladora em sete notícias da página policial do jornal *Zero Hora*, veiculadas entre os meses de janeiro e maio de 2009. A fundamentação teórica apresenta como principais autores Ingedore Villaça Koch, Luiz Antônio Marcuschi, Denis Apothéloz, Lorenza Mondada, Daniele Dubois e Mônica Magalhães Cavalcante. A pesquisa realizada demonstra que a anáfora, enquanto objeto de discurso, trata-se de importante estratégia de referenciação, de organização textual e de compreensão capaz de orientar a construção e reconstrução dos sentidos de um texto. Após o levantamento dessas anáforas (formadas por expressão nominal resumitiva) presentes em cada notícia, verificamos sua realização no *corpus* em estudo e procedemos à sua análise, de acordo com critérios previamente estabelecidos. Observamos a relevância do fenômeno estudado para a organização do texto e para o encaminhamento do sentido a ser construído pelo leitor.

Palavras-chave: texto, sentido, referenciação, anáfora.

ABSTRACT

This dissertation presents a textual anaphora study as an object of discourse, produced by the discursive activity, which contributed to the construction of meanings in the texts. In the light of the textual linguistic studies, it is observed the occurrence of encapsulating anaphora in seven Zero Hora newspaper articles, reported between January and May 2009. The theoretical foundation presents as main authors Ingedore Villaça Koch, Luiz Antônio Marcuschi, Denis Apothéloz, Lorenza Mondada, Daniele Dubois and Monica Magalhães Cavalcante. The survey performed shows that the anaphora, as an object of discourse, is an important referral strategy, of organization, and textual understanding that is able to guide the construction and reconstruction of the meanings of a text. After the anaphora survey (formed by nominal synthetized expression) present in each article, we found its accomplishment in the *corpus* under study, and we proceed to its analysis, acording to previously established criteria. We note the relevance of the studied phenomenon to the organization of the text and for conveying the meaning to be constructed by the reader.

Keywords: text, meaning, referencing, anaphora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 09

1 REFERENCIAÇÃO: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS..... 12

1.1 Linguística textual: um percurso teórico 13
1.2 O processo de referenciação: a língua no discurso 21
1.3 Anáfora: um fenômeno da compreensão textual 36
1.4 Anáfora: alguns tipos..... 45

2 NOTÍCIA JORNALÍSTICA: UM GÊNERO DISCURSIVO..... 58

2.1 Um estudo de gênero no uso da língua 58
2.2 O gênero notícia 63
2.3 Notícia: um pouco de história..... 65
2.4 A notícia jornalística: características do gênero 67
2.5 A notícia jornalística em Zero Hora..... 69

3 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS 72

3.1 Metodologia 72
3.2 Análise 73
3.4 Discussão das análises..... 88

CONSIDERAÇÕES FINAIS 92

REFERÊNCIAS 94

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca refletir sobre a anáfora encapsuladora na perspectiva da referenciação. Por meio de um estudo bibliográfico e da análise de sete notícias do jornal *Zero Hora*, observamos a ocorrência dessa anáfora como objeto de discurso que colabora para a construção dos sentidos do texto. Entendemos que a sumarização ou rotulação de conteúdos/informações precedentes do texto contribui para a compreensão textual e também para demonstrar o ponto de vista do produtor do texto, muitas vezes expresso de forma avaliativa.

A realização da anáfora ocorre, em geral, por meio de uma expressão nominal ou de um pronome, com ou sem retomada explícita do referente, o que permite a distinção de vários tipos de análise e conceituação. Em se tratando de uma anáfora encapsuladora, formada por expressão nominal, objeto de análise desta pesquisa, a escolha do nome-núcleo pode responder pela orientação argumentativa do texto, considerando que um nome axiológico oferece uma avaliação dos fatos e dos eventos, possibilitando orientar a compreensão do texto e tornar-se um meio de manipulação do leitor. Este tipo de anáfora é responsável por uma grande carga informativa no interior do discurso, por ser elemento que muitas vezes evidencia uma certa apreciação por parte do autor do texto, inserindo autor e leitor numa mesma moldura comunicativa, confirmando ou não expectativas do leitor; em consequência, constroem objetos do discurso resultantes de uma negociação entre os sujeitos da interação.

Por isso se justifica a realização deste estudo, uma vez que a anáfora se revela como elemento de compreensão textual ao considerarmos que a língua constrói sentido dentro do discurso, e que a combinação e organização diversa de elementos linguísticos e o ponto de vista de quem escolhe esses elementos determinam o sentido dessas expressões nominais encapsuladoras.

A linguística textual, que tem como objeto de estudo o texto, embasa nosso estudo numa concepção social do fenômeno referencial, de acordo com a qual os sujeitos constroem, por meio de práticas discursivas e cognitivas, social e culturalmente partilhadas, as versões públicas do mundo. São essas versões expressas por meio de textos organizados em gêneros textuais infinitos que despertam o nosso interesse em razão da sua variedade e riqueza de argumentos, especialmente o gênero da notícia, tão difundido e relevante na sociedade atual, objeto principal de revistas, jornais e debates.

Entendemos que a compreensão leitora é considerada habilidade de desenvolvimento cognitivo que se reflete nas práticas comunicativas e na vida de cada falante. Assim, para aprimorá-la é preciso pesquisar elementos linguísticos, como, nesta pesquisa, os processos de referenciação que contribuem para construção do sentido dos textos.

Com o estudo proposto, buscamos responder às seguintes indagações:

- Como as referências são elaboradas no texto e como podem ser compreendidas?
- O uso da anáfora ajuda a compreender o funcionamento da língua e a organização dos textos?
- A anáfora encapsuladora ocorre nas notícias jornalísticas e pode ser considerada um recurso argumentativo e/ou de manipulação do leitor?
- Que sentido essas realizações linguísticas produzem nas notícias jornalísticas?
- Qual a contribuição da anáfora para a atividade de leitura?

Em busca de respostas para essas questões, procuramos atingir os seguintes objetivos:

- identificar as ocorrências da anáfora encapsuladora no gênero notícia;
- descrever o fenômeno, explicitando seu papel argumentativo;
- analisar a construção de sentidos no texto, determinada pela anáfora encapsuladora e formada por expressão nominal.

Para concretizar nossos objetivos, optamos por uma pesquisa bibliográfica com objetivos descritivos e exploratórios, uma vez que, com base em uma fundamentação teórica e na seleção de categorias de descrição da referenciação, faremos observações, registros, análises, classificações e interpretações dos dados. Quanto à forma de abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), pois visa entender o fenômeno da referenciação e atribuir-lhe significados a partir da análise da anáfora encapsuladora e sua contribuição para a atividade de leitura e produção de sentidos em sete notícias da página policial do jornal *Zero Hora*.

Assim, no primeiro capítulo apresentamos um quadro teórico-histórico sobre a linguística textual e sobre o processo de referenciação, tendo como principais autores Ingedore Villaça Koch, Luiz Antônio Marcuschi, Denis Apothéloz, Lorenza Mondada, Daniele Dubois e Mônica Magalhães Cavalcante. Delimitamos o objeto de estudo e apresentamos os principais conceitos a serem utilizados posteriormente para a análise, tudo segundo um olhar que valoriza a perspectiva sociocognitivista e a interação entre os sujeitos da comunicação. Entendemos que a compreensão de um texto é uma atividade que requer do

leitor não apenas habilidades linguísticas, mas também extralinguísticas, como seus conhecimentos, objetivos e expectativas. Assim, podemos considerar as anáforas como pistas textuais que ajudam o leitor a estabelecer a compreensão do texto. A anáfora encapsuladora, por constituir importante recurso de sumarização de conteúdos no texto, contribui não só para a organização tópica do discurso, como também para a explicitação de pontos de vista do produtor do texto. Todo ato interpretativo impõe a necessidade de seleção de pontos de vista ou enfoques específicos para a problematização do objeto de estudo, levando, portanto, a uma produção discursiva desse objeto.

Os gêneros textuais, suas características e dinamicidade são tratados no segundo capítulo, em que, considerando a utilização da língua, observamos que cada texto reflete condições específicas e finalidades diversas em cada situação discursiva. Nessa seção, destacamos que estudar os gêneros do discurso significa ultrapassar o estudo das estruturas linguísticas e entender o sentido de um texto como um processo dinâmico de interação. Em especial, salientamos a notícia como gênero jornalístico de grande relevância social e que está presente na comunicação de massa, a qual pode ser utilizada em sala de aula para desenvolver a formação de cidadãos críticos e habilidosos no manejo das manifestações linguísticas.

Por fim, apresentamos análise da ocorrência da anáfora encapsuladora nas notícias jornalísticas, considerando que a compreensão desses textos se constrói a partir desses objetos de discurso, o que permite a compreensão do texto como uma construção de sentidos. Tratamos do fenômeno da rotulação discursiva, destacando-o dentre as estratégias linguísticas utilizadas pelos produtores na elaboração de textos escritos, como um importante mecanismo capaz de guiar o leitor na construção de sentidos. Por fim, destacamos a discussão dos resultados da pesquisa, em que se evidenciam as características principais da ocorrência da anáfora encapsuladora observadas nas matérias que compõem o *corpus* selecionado.

1 REFERENCIAÇÃO: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

Neste capítulo traçamos um percurso teórico sobre a linguística textual, em que se inserem os conceitos de referenciação, texto, discurso e sujeito[1]. São essas as noções básicas para a compreensão do processo de referenciação, no qual se insere o estudo da anáfora e dos objetos de discurso. Iniciamos nosso trabalho destacando a referenciação como processo de construção dos sentidos.

Para a tradição filosófica e lógica, a referência nasce da correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo, em que as palavras precisam ser avaliadas de forma vericondicional. Assim, conhecer o mundo é sinônimo de saber relacionar objetos, ações, situações a seus conceitos, representação fiel de alguma coisa real. A concepção de que a referência é um processo dinâmico e intersubjetivo de interações entre locutores surge de

> [...] reflexões provenientes das ciências humanas e sociais, que se beneficiam, a par de aportes de outras correntes teóricas (como a pragmática, a fenomenologia, a teoria social, o interacionismo simbólico), da abertura contemporânea da lingüística aos dados empíricos recolhidos em terrenos autênticos, diferenciados, complexos, muito distantes dos dados de gabinete fornecidos durante muito tempo aos lingüistas pela sua introspecção. (KOCH; MORATO; BENTES, 2005-a, p.11).

Então, é possível um modo de referenciação do mundo que emerge do próprio ser humano, ou seja, de seu conhecimento, de suas relações sociais e pessoais, de suas vivências familiares, profissionais, enfim, da dinâmica da vida. Esse modo de entender a referenciação vai muito além da simples relação entre coisas e nomes, na medida em que considera inúmeros outros elementos que determinam a relação entre o homem e o mundo, que é mediada pela linguagem. Esse modo de entender como é a relação entre língua e realidade ajuda a explicar a diversidade da análise das práticas referenciais na literatura contemporânea.

Não tratamos aqui de referenciação em relação ao mundo, mas sim, de referenciação como atividade discursiva que contempla as atividades humanas, cognitivas e linguísticas construídas no texto/discurso. Tratamos do processo de referenciação "[...] como advento de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada" (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20),

---

[1] Esses conceitos serão definidos de acordo com a perspectiva da linguística textual no decorrer deste capítulo.

ou seja, neste trabalho abordamos a referenciação como processo de criação de uma realidade, como forma de criar versões públicas do mundo.

Essa concepção da referência é adotada pelo grupo de estudiosos franco-suíços como Denis Apothéloz e Lorenza Mondada e, no Brasil, por Ingedore Villaça Koch e Luiz Antônio Marcuschi. Esses autores são tomados como base neste estudo.

O aspecto central, no contexto teórico desta exposição, é o princípio de referenciação, em especial a anáfora, como elemento fundamental na construção do sentido no texto. Assim, para compreender o conceito de referenciação apresentamos neste primeiro momento um percurso teórico dos estudos da linguística textual, a fim de mostrar um roteiro histórico-teórico sobre os estudos do texto, até chegar aos conceitos fundamentais para este estudo. Em seguida, trataremos sobre as questões específicas da referenciação e da anáfora encapsuladora, apresentando alguns exemplos sobre os conceitos revisados, alguns dos próprios autores estudados e outros selecionados e recortados dos jornais, para exemplificar o que julgamos pertinente ilustrar neste estudo.

1.1 Linguística textual: um percurso teórico

A linguística possibilita compreender a língua e o seu funcionamento a partir de inúmeros estudos que são realizados e publicados continuamente. É uma teoria que ajuda a compreender o mundo e torná-lo significativo pela linguagem. Afinal, a língua e a linguagem determinam todas as ações humanas sobre o mundo, estão presentes em todas as nossas atividades e podem ser tão ricas quanto elas. Por isso, precisamos observar a língua como elemento social (MARCUSCHI, 2001a), que possibilita o processo de referenciação e de compreensão dos sentidos. Para tanto, é importante entender que o objeto de estudo da linguística textual, o texto, foi sofrendo uma ampliação gradual que abrangeu preocupações teóricas distintas entre si.

Na década de 1960, na Europa, começou a se desenvolver um novo ramo da linguística, a linguística textual. “Sua hipótese de trabalho consiste em tomar como unidade básica, ou seja, como objeto particular de investigação, não mais a palavra ou frase, mas sim o texto, por serem os textos a forma específica de manifestação da linguagem.” (FÁVERO; KOCH, 2000, p.11). De fato, o processo de comunicação ocorre por meio de textos, unidades de sentido completas, não de palavras ou frases isoladas, sem relação com um contexto, que

não possibilitam a compreensão e a interação comunicativa. A prática real da língua é efetivada por meio de textos produzidos por homens e mulheres, sujeitos históricos, sociais, racionais e que visam a algum objetivo de comunicação.

Ainda, conforme Fávero e Koch (2000), o sentido do termo "linguística textual", usado atualmente, foi empregado pela primeira vez por Weinrich (1966,1967). A partir daí, surgiu uma vasta bibliografia sobre o assunto e diferentes abordagens teóricas e acepções sobre os termos "texto" e "discurso".

A causa do surgimento da linguística textual deve-se à falta de resposta das gramáticas da frase a certas situações linguísticas, como "a correferência, a pronominalização, a seleção dos artigos (definido ou indefinido), a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a entoação, as relações entre as sentenças não ligadas por conjunções, a concordância dos tempos verbais [...]" (FÁVERO; KOCH, 2000, p.12) e outras que, para serem explicadas ou compreendidas, necessitam da análise do texto e/ou do entendimento de um contexto situacional. Portanto, a linguística do texto surgiu em razão da necessidade de uma base teórica que desse conta de explicar a organização da informação, a distribuição das informações, o sentido que essas informações iam construindo, as relações e as substituições vocabulares e semânticas.

Dressler (apud FÁVERO; KOCH, 2000) aponta que as gramáticas da frase não consideram partes da morfologia, da fonologia e da lexicologia, ao passo que a linguística textual comporta o estudo dessas e de outras relações:

> [...] cabe à semântica do texto explicitar o que se deve entender por significação de um texto e como ela se constitui. É tarefa da pragmática do texto dizer qual é a função de um texto no contexto (extralingüístico). A sintaxe do texto tem por encargo verificar como vem expressa sintaticamente a significação de um texto e como pode expressar o que está à sua volta. Estreitamente correlacionada à sintaxe do texto, está a fonética do texto, que, de modo análogo à fonética da frase, ocupa-se das características e dos sinais fonéticos da configuração sintática textual. (p. 12).

Dessa forma, o texto passa a ser o objeto de pesquisa e de conceituação da linguística textual, o que faz surgir as gramáticas do texto e as novas concepções das manifestações linguísticas e de suas relações com os falantes da língua e com o meio social. As gramáticas do texto tornam-se necessárias na medida em que oferecem melhor base linguística para o entendimento de situações cognitivas do desenvolvimento da linguagem e contemplam o estudo do contexto e da interação.

Para Beaungrande e Dressler (1997), uma ciência do texto precisa explicar ou descrever as diferenças e semelhanças entre os diversos tipos de texto. Além disso, também deve explicitar normas que regem os textos, como sua forma de produção e recepção, e de que maneira são utilizados pelos falantes em uma situação comunicativa determinada. Para esses autores, o texto é um acontecimento comunicativo que deve contemplar as seguintes normas de textualidade: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Uma gramática do texto deve considerar esses sete elementos; portanto, são relações muito mais amplas do que as que se encontram entre as palavras de uma frase apenas, relações que ajudam a construir sentidos e significar o ato comunicativo.

A linguística textual, que tem sua fase inicial na segunda metade da década de 1960 até meados de 1970, inicialmente teve como foco de estudos os mecanismos interfrásticos, os quais eram responsáveis por designar duas ou mais sequências enquanto texto. As análises transfrásticas não consideram o texto como o objeto de análise, pois o percurso ainda é da frase para o texto. As análises transfrásticas surgiram a partir da observação de que certos fenômenos não poderiam ser explicados pelas teorias vigentes na época (estruturalismo e gramática gerativa), por ultrapassarem os limites da frase simples e complexa: a co-referenciação (anáfora), a correlação de tempos verbais, o uso de conectores interfrasais, o uso de elementos e indefinidos. As relações referenciais que se estabelecem entre os enunciados eram consideradas um dos principais fatores de coesão textual. Conforme Harweg, "o texto é resultado, portanto, de um 'múltiplo referenciamento', daí a definição de texto como uma sucessão de unidades linguísticas constituídas mediante uma *concatenação pronominal ininterrupta*". (apud KOCH, 2004, p. 4, grifos do autor).

Dessa forma, nesse período, como explica Koch, o estudo das relações referenciais era limitado aos processos correferenciais, como a anáfora e a catáfora, que recebiam tratamento diverso do atual, pois tinham enfoque nos recursos de coesão textual, muitas vezes equiparada à coerência, porque ambas eram analisadas como qualidades do texto.

Com as novas concepções de texto que foram despontando, surgiram, por analogia com as gramáticas da frase, as gramáticas de texto, que buscavam determinar as estruturas possíveis em cada língua com o objetivo de refletir sobre fenômenos linguísticos que não podiam ser explicados pelas gramáticas do enunciado. Assim, uma gramática do texto deveria explicitar os mecanismos que fazem com que um texto seja um texto; identificar os diversos gêneros em que os textos se apresentam e as características que permitem serem vistos como completos e delimitados.

Dessa forma, inverteu-se o processo que ascendia da frase para o texto, iniciando-se nesse momento do texto, a partir do qual, pela segmentação, é possível investigar e classificar as unidades menores. É importante entender que essa segmentação e classificação deveriam ser realizadas sem que os elementos textuais individuais perdessem sua função textual, porque a gramática textual deveria possibilitar o estudo da estrutura do texto como unidade linguística superior, como um todo formado por partes. Exemplos dessas gramáticas são as postuladas por Weinrich, Petöfi e Van Dijk. (KOCH, 2004).

De acordo com Marcuschi (2008), as gramáticas textuais, pela primeira vez, propuseram o texto como o objeto central da linguística e, assim, procuraram estabelecer um sistema de regras finito e recorrente, partilhado por todos os usuários de uma língua. Esse sistema de regras habilitaria os usuários a identificar se uma dada sequência de frases constitui ou não um texto, e se esse texto é bem formado. Esse conjunto de regras constitui a competência textual de cada usuário e permite aos usuários diferenciar entre um conjunto aleatório de palavras ou frases e um texto dotado de sentido pleno.

Os fenômenos semânticos também foram enfocados pelos diversos autores de gramáticas textuais, que consideram "as cadeias isotópicas, as relações semânticas entre enunciados do texto não ligados por conectores, e/ou definem o texto como sequência coerente de enunciados (ISEMBERG, 1970), cadeia de pressuposições (BELLERT, 1970)". (KOCH, 2004, p. 9-10). Assim, a gramática textual amplia seus domínios e passa a considerar a semântica como elemento necessário à compreensão dos textos.

Os estudos evoluem e a linguística do texto passa a considerar também a perspectiva pragmática, que visa investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso. Nesse momento, a pesquisa estende-se do texto ao contexto, buscando relações que fossem expressas por regras entre os textos e o contexto em que foram gerados. O enfoque deixa de ser a competência textual dos falantes e passa-se a considerar a noção de textualidade, assim estabelecida por Beaugrande e Dressler (1997, p. 35): "Um texto é um acontecimento comunicativo que cumpre sete normas de textualidade. Se um texto não satisfaz alguma dessas normas então não se pode considerar que esse texto seja comunicativo"[2].

Mudam, portanto, os conceitos de língua e de texto, considerando que a comunicação é entendida como uma atividade complexa, constituída por vários elementos e que está em

---

[2] "Un texto es um acontecimiento comunicativo que cumple siete normas de textualidad. Si um texto no satisface alguna de esas normas entonces no puede considerarse que ese texto sea comunicativo." (Tradução nossa).

constante renovação. Essa nova etapa no desenvolvimento da linguística de texto decorre de uma nova concepção de língua, como um sistema real de uso em determinados contextos comunicativos, e de um novo conceito de texto, não mais encarado como um produto pronto e acabado, mas como um processo, uma unidade em construção.

Na década de 1980, os estudos passam a considerar o texto como resultado de processos mentais, porque quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e tipos, cabendo, então, à linguística textual

> [...] desenvolver modelos procedurais de descrição textual, capazes de dar conta dos processos cognitivos que permitem a integração dos diversos sistemas de conhecimento dos parceiros da comunicação, na descrição e na descoberta de procedimentos para sua atualização e tratamento no quadro das motivações e estratégias da produção e compreensão de textos. (KOCH, 2004, p. 22).

O texto, então, passa a ser considerado resultado de processos mentais, pois se entende que os parceiros da comunicação possuem conhecimentos advindos da vida social que são ativados na atividade discursiva. Portanto, renova-se a compreensão sobre quem são os produtores dos textos e sobre as influências e determinações que podem sofrer, as quais podem gerar determinados usos da língua, materializados no texto.

> O texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico. De certo modo pode-se afirmar que o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo. (MARCUSCHI, 2008, p. 72).

Enfocam-se, então, estratégias cognitivas, como o conhecimento de mundo e o conhecimento partilhado, que incidem sobre a produção e compreensão dos textos.

Na década de 1990, a linguística textual volta seu interesse para a relação entre conhecimento e texto. A partir desse momento, ganham enfoque o estudo das questões relativas ao processamento do texto, sua produção e compreensão, as estratégias sociocognitivas e interativas envolvidas nesse processo. Então, a linguística textual pode ser definida como “o estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso”. (MARCUSCHI, 2008,p. 73). Assim, os estudos abordam

elementos como a diferença entre fala e escrita, desenvolvimento cognitivo, compreensão de inferências, construção de referentes e entendimento dos gêneros textuais. Com a introdução desses elementos no estudo da linguística textual, também é aperfeiçoada a pesquisa da referenciação, agora entendida como "atividade discursiva". (KOCH, 2004, p. 61).

Nesta perspectiva sociocognitivista-interacionista, a base da atividade linguística contempla a interação entre os falantes, ou seja, é considerada uma ação conjunta, dialógica. As atividades linguísticas não ocorrem de forma individual e isolada, mas sim de modo conjunto, colaborativo. Então, "[...] as ações verbais são ações conjuntas, já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece, necessariamente em coordenação com os outros". (KOCH, 2004, p. 31). Essas ações ocorrem em determinados contextos sociais, com finalidades delimitadas e com sujeitos dotados de conhecimentos e desejos, que assumem certas funções sociais e que optam por certos objetivos comunicativos.

Assim, amplia-se novamente a noção de contexto, que "[...] passa a constituir agora a própria interação e seus sujeitos: o contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação". (KOCH, 2004, p. 32), ou seja, para cada atividade comunicativa tem-se um contexto específico construído durante a interação.

> Quando adotamos, para entender o texto, a metáfora do *iceberg*, que tem uma pequena superfície à flor da água (o explícito) e uma imensa superfície subjacente, que fundamenta a interpretação (o implícito), podemos chamar de contexto o *iceberg* como um todo, ou seja, tudo aquilo que, de alguma forma, contribui para ou determina a construção do sentido. (KOCH; ELIAS, 2006, p.59, grifo das autoras).

Com base nessa concepção de contexto, que introduz nos estudos do texto a interação, o "[...] texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos." (KOCH, 2004, p.33, grifo do autor). A linguagem constitui-se numa atividade interativa, complexa, de produção de sentidos, que se realiza dialogicamente.

A concepção de sujeito da linguagem varia de acordo com a concepção de língua que se adote. Assim, Koch explica que

> [...] à concepção de língua como *lugar de interação* corresponde a noção de sujeito como entidade psicossocial, sublinhando-se o *caráter ativo* dos sujeitos na produção mesma do social e da interação e defendendo a posição em que os sujeitos (re)produzem o social na medida em que participam ativamente da definição da situação na qual se acham engajados, e que são atores na atualização das imagens e das representações sem as quais a comunicação não poderia existir. (2005-a, p. 15, grifos do autor).

Neste trabalho consideramos a língua como "lugar de interação" e o sujeito, como uma entidade psicossocial que produz sentidos e se constitui na interação com o outro, com a cultura, com a realidade, com o conhecimento, com o entorno físico e com a história. "É nossa forma cooperativa de ser, viver e nos apropriarmos do mundo e não de representá-lo." (MARCUSCHI, 2000, p. 1). Os sujeitos, que são de carne, osso e consciência, criam a história e o mundo, não os descrevem apenas; por isso, também constroem sentidos nos textos e não assimilam suas informações simplesmente.

Pelo percurso apresentado dos conceitos de língua, texto, discurso e sujeito, observa-se, pois, que a linguística textual percorreu um longo caminho até chegar ao momento atual. E a compreensão dessa trajetória é importante na medida em que se compreendem a evolução e ampliação dos conceitos e do objeto de estudo dessa área e desta pesquisa: o texto.

É importante destacar que os textos são também uma fonte de conhecimentos, que são mobilizados e ativados, construídos e reconstruídos na produção ao longo das interações. Logo, os textos são matéria para a construção das representações mentais e para as categorizações sociais e, portanto, para a circulação e construção de conhecimentos socialmente partilhados. Por fim, são formas de cognição social e organizadores dos conhecimentos de uma dada cultura. Conforme esclarece Koch:

> Os textos como forma de cognição social permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. É em razão desta capacidade que são excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber. Determinados aspectos da nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social, de tal modo que os textos não só tornam o conhecimento visível, mas, na realidade, sociocognitivamente existente. (2005-b, p. 157).

Nessa relação, o termo "discurso" é usado na concepção de manifestação linguística e sociocognitiva, ligada à interação e à intersubjetividade. Sendo o discurso a atividade, o texto é o lugar onde essa atividade se manifesta, pois "todas as nossas manifestações verbais

mediante a língua se dão como textos e não como elementos linguísticos isolados. Esses textos são enunciados no plano das ações sociais situadas e históricas". (MARCUSCHI, 2006, p.25). E é nessa atividade que os parceiros da comunicação constroem os objetos de discurso[3], em atos de referenciação realizados de modo colaborativo.

Fávero e Koch explicam que, para Van Dijk:

> [...] o discurso é a unidade possível de observação, aquela que se interpreta quando se vê ou se ouve uma enunciação, ao passo que o texto é a unidade teoricamente reconstruída, subjacente ao discurso. Assim sendo, a gramática só pode descrever textos, de maneira que possibilita, apenas, uma aproximação com relação às estruturas discursivas atualizadas, empíricas, efetivamente produzidas. (2000, p.23).

Portanto, o discurso constitui-se como atividade empírica, ao passo que o texto é sua materialidade. Então, considerado em seu todo, o discurso é constituído pela enunciação e, em seu esquema geral, confere valor à história, ao tempo e ao sujeito. (FIORIN, 2002).

Nesta concepção, conforme mostram os autores, o contexto é mais do que o entorno físico, social ou cultural; é, acima de tudo, uma noção cognitivamente construída. O conjunto dessas representações se encontra interiorizado nos sujeitos e é mobilizado sempre que necessário no ato da enunciação. O contexto engloba, então, não só o lugar e o momento da enunciação, mas também os sujeitos, os meios de interação de que se utilizam, os recursos, como gestos, olhares; o texto em realização, os conhecimentos de mundo compartilhados entre os usuários e o entorno sociocultural, que pode até ultrapassar a enunciação.

Por isso, conforme Koch, a compreensão de um texto passa a ser entendida como uma "*atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos". (2005-b, p. 17, grifo do autor). Portanto, o sentido não pode preexistir a essa interação. A autora destaca nessa relação três elementos essenciais: o produtor, o texto e o leitor.

> 1. o produtor/planejador, que procura viabilizar o seu "projeto de dizer", recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o interlocutor, por meio de sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas) para a construção dos (possíveis) sentidos;
> 2. o texto, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo produtor entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece, de tal sorte que ele estabelece limites quanto às leituras possíveis;

---

[3] Ver conceito de objeto de discurso na p.32 deste trabalho.

> 3. o leitor/ouvinte, que, a partir do modo como o texto se encontra lingüisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos. (2005-b, p. 19).

São essas três partes que contribuem para a construção do sentido do texto. Assim, estudando o texto como discurso, como língua em uso, é possível formular questões que realmente podem colaborar para o aperfeiçoamento do desempenho linguístico das pessoas, especialmente dos estudantes. E é nesse contexto que ganha valor o estudo da referenciação.

1.2 O processo de referenciação: a língua no discurso

A referenciação, vista em diferentes quadros teóricos, apresenta uma indagação comum a vários autores: Como a língua refere o mundo?

Segundo Lorenza Mondada e Daniele Dubois (2003), observam-se duas tendências em relação à questão da referência. Uma entende que existe uma correspondência entre as palavras e as coisas, em que as palavras funcionam como etiquetas dos objetos que existem no mundo. Assim, o discurso é entendido como uma representação do mundo objetivo, formado por elementos separados, que permitem a descrição e a apropriação pela palavra. É dentro desse quadro que cabem as noções de "verdadeiro" e "falso" e, acreditamos, também os conceitos de "certo" e "errado", tão bem usufruídos pelo poder de professores e escolas, que pensam ser possível classificar as atividades escolares e o uso da língua, tanto na oralidade quanto na escrita, por meio desses conceitos, que muitas vezes não contribuem para a real construção da aprendizagem da familiaridade com a língua.

A outra tendência, a qual queremos enfatizar neste trabalho, concebe a língua como fenômeno heterogêneo, histórico, variável e socialmente constituído, entendendo a referência como o resultado de uma operação colaborativa dos participantes da interação comunicativa[4], que constroem os referentes no discurso. Nessa perspectiva, "os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo". (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17). Por isso, entendemos que entre a linguagem e o mundo não é possível estabelecer uma relação excepcional e inflexível. Há outras

---

[4] Entendemos, com base em Bakthin, que todo processo de comunicação é dialógico, pressupondo no mínimo, dois interlocutores. Mesmo quando alguém produz um texto, interage com um provável leitor.

circunstâncias que devem ser valorizadas, o que possibilita entender que o mundo se constrói discursivamente.

Saussure, a partir da publicação do *Curso de linguística geral*, apresenta reflexões sobre a linguagem e passa a analisar a língua como sistema. Define o objeto da linguística como a língua, não a linguagem, conforme explica:

> Mas e o que é a língua? Para nós ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. (SAUSSURRE, 1995, p. 17).

A língua, considerada como um sistema de signos, passa a ser vista então como objeto de estudos da linguística. Enquanto sistema de signos, a língua é definida como a associação entre a imagem acústica e o sentido, ambos de natureza psíquica.

> 1. Ela é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. Pode-se localizá-la na porção determinada do circuito em que uma imagem auditiva vem associar-se a um conceito. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade.[...]
> 2. A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos muito bem assimilar-lhes o organismo lingüístico. Não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados.
> 3. Enquanto a linguagem é heterógena, a língua assim delimitada é de natureza homógena constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas. (SAUSSURRE, 1995, p. 22-23).

Portanto, língua e linguagem não se confundem, nem podem ser entendidas como sinônimos, porque não constituem um único elemento. O autor reconhece a dificuldade de se obter integralmente o objeto da linguística e esclarece que a língua é somente uma parte essencial da linguagem. Assim, no *Curso de linguística geral* encontramos enumeradas as

distinções entre língua e fala. À língua é conferido o *status* de elemento social e essencial, sendo registrada passivamente, tendo forma psíquica; por sua vez, a fala é tida como individual, acessório mais ou menos acidental, regido por ato de vontade e de inteligência, tendo forma psicofísica.

Nessa abordagem, o signo deve se referir sempre a algo que lhe é exterior; o ato mental não considerado na relação, a fim de se conceber uma transparência entre as palavras e as coisas. A questão da referência e da verdade é reduzida à relação de correspondência entre representações simbólicas e mundo discursivo. Entende-se, então, que essa visão pressupõe a existência de um mundo autônomo, passível de uma descrição pura e literal, independente da existência de um sujeito. Assim, as representações linguísticas preexistiriam ao discurso, existindo uma estabilidade dessas entidades tanto no mundo quanto na língua. As explicações sobre a relação linguagem e cognição dão-se do ponto de vista externo; não se recorre a explicações de ordem subjetiva, isto é, não se fazem referências aos estados mentais, às intenções, enfim, não se observa o ser humano de forma completa e subjetiva. Nessa perspectiva, a linguagem é uma estrutura lógica e semântica que independe das circunstâncias discursivas.

Apesar das contribuições de Saussure para os estudos linguísticos, atualmente muitos estudiosos entendem que não se utiliza a linguagem para falar sobre o mundo, mas para construir um mundo nas interações. Conforme Koch e Marcuschi (1998, p. 169), "[...] a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste num simples processo de elaboração de informações, mas num processo de (re)construção do próprio real". Logo, o sujeito social, dotado de desejos e convicções, opera com o mundo, constrói e reconstrói esse mundo discursivamente. Pessoas, objetos, lugares, sons, cores e a própria natureza têm existência física, mas é o conhecimento e a cultura humana, o olhar crítico do sujeito que lhes atribui significados.

De acordo com Mondada:

> A questão da *referência* é um tema clássico da filosofia da linguagem, da lógica e da lingüística: nestes quadros, ela foi historicamente posta como um problema de representação do mundo de verbalização do referente, em que a forma lingüística selecionada é avaliada em termos de verdade e de correspondência com ele (*o mundo*). A questão da *referenciação* opera um deslizamento em relação a este primeiro quadro: ela não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores.

> No interior dessas operações de referenciação, os interlocutores elaboram objetos de discurso, i.e., entidades que não são concebidas como expressões referenciais em relação especular com objetos do mundo ou com sua representação cognitiva, mas entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no fio de sua enunciação. Os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não tem uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva. Dito de outra forma, o objeto de discurso não remete a uma verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas linguageiras; ele não é um referente que teria sido codificado lingüisticamente. (apud KOCH, 2005-b, p. 34, grifos do autor).

Acreditamos que a língua deve ser investigada considerando-se os fatos e as convenções sociais nas quais está inserida, sendo insuficiente e equivocada a relação perfeita entre objeto e nome, como se a língua etiquetasse o que há no mundo. Por isso, há a necessidade de substituir o conceito de referência pelo de referenciação. A língua é um fenômeno heterogêneo, socialmente determinado. Então, conforme ressaltado pelos autores supra citados, por meio das palavras e da interação entre os sujeitos construímos versões públicas do mundo, e nesse processo constituímos os objetos de discurso. Dessa forma, o real, os objetos do mundo são reconstruídos no texto por meio dos referentes, discursivamente, tornando-se, então, objetos de discurso, que não necessitam de comprovação vericondicional, pois sua existência só tem sentido no e pelo texto.

Os objetos de discurso emergem na dinâmica discursiva e se elaboram progressivamente:

> a. referência diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve;
> b. o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção [...];
> c. eventuais modificações, quer físicas, quer de qualquer outro tipo, sofridas "mundanamente" ou mesmo predicativamente por um referente, não acarretam necessariamente no discurso uma recategorização lexical, sendo o inverso também verdadeiro;
> d. o processamento do discurso, sendo realizado por sujeitos ativos, é estratégico, isto é, implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece. (APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, apud KOCH, 2005-b, p. 80-81).

Os objetos de discurso modificam-se, transformam-se, recategorizam-se e, assim, constroem e reconstroem sentido no decorrer da construção do texto, ora se enriquecendo com novos aspectos e propriedades, ora suprimindo ou ignorando aspectos anteriores. São

unidades que expressam seleções feitas por sujeitos ativos, que efetivam certas escolhas dentre a infinidade de opções que a língua oferece. Como defende Mondada (apud KOCH, 2005-b, p.81), “o objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, [...] bem como pelo fato de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente”. Essa característica lhe imprime certa interpretação, que só é possível dentro da materialidade de determinado texto e cotexto. Então, a mesma palavra ou expressão pode figurar como objeto de discurso que recebe outra significação quando construído em outro texto, mediante outras situações.

Por essa razão, a apropriação do mundo depende da nossa ação como sujeitos linguísticos. Conforme Marcuschi:

> Quando falamos em *ordem social, direitos do cidadão, educação pública, restaurante, trânsito, impostos, preços, moeda, segurança, trabalho* etc., sempre nos referimos a algum fenômeno sócio-culturalmente construído e não a fenômenos da natureza. Eles são os conhecidos “*objetos-de-discurso*” de que fala Mondada (1995). (2003, p.8, grifos do autor).

O mundo não é resultado de realidades formalmente determinadas, mas, sim, de ações comunicativas, interacionais e cognitivas; por isso a impossibilidade de uma relação biunívoca entre linguagem e mundo. A referência é concebida como parte integrante da enunciação, assegurando que o objeto de discurso não só apresenta uma realidade, mas também a cria, pois nem tudo o que dizemos está inscrito no mundo, realçando o caráter reflexivo do referente, isto é, o referente não é a realidade, mas o que ele institui como tal. Então, a linguagem volta-se para ela mesma, num processo metalinguístico, ou seja, não se pode considerar o objeto de discurso fora da sua enunciação.

Essa concepção, entretanto, não significa

> [...] negar a existência da realidade extra-mente, nem estabelecer a subjetividade como parâmetro do real. Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Também não se postula uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (MARCUSCHI; KOCH, 1998, p. 5).

O processo de textualização do mundo por meio da linguagem reconstrói o real e, assim, produz significação. Se a palavra do homem funcionasse como espelho do mundo, todos teriam de descrever um objeto literalmente da mesma maneira; não haveria interpretações diferentes e, consequentemente, seria muito difícil construir conhecimentos, pois não sentiríamos essa necessidade.

Por isso, a segunda tendência aqui apresentada é a que será adotada como princípio teórico neste estudo. Concordamos com Marcuschi (2003) quando explica que o uso social da língua é importante para a construção do conhecimento, o que demonstra a insuficiência de teorias vericondicionais que não conseguem explicar inúmeras situações linguísticas. Conforme o autor, "[...] as coisas não estão no mundo da maneira como as dizemos aos outros. A maneira como nós dizemos as coisas aos outros é decorrência de nossa atuação lingüística *sobre* o mundo com a língua, de nossa inserção sócio-cognitiva no mundo e de componentes culturais diversos". (2003, p. 3, grifo do autor).

Dessa forma, Marcuschi (2003) ratifica a ideia de que as coisas ditas são discursivamente construídas, dependem e se relacionam com as outras habilidades humanas, sejam emocionais, sejam racionais, sejam motoras; daí a constituição dos objetos de discurso. Isso ocorre porque é interagindo socialmente que se constroem as significações. Leitores, escritores, falantes e mundo real constroem significações nas interações, nas quais é possível encontrar não a estabilidade dos objetos, mas, sim, relações cognitivas estáveis que possibilitam elaborar conceitos teóricos que explicam essas regularidades, mesmo dentro da instabilidade. Em consequência, "as teorias não são um espelho da realidade, mas uma proposta metodológica de construção e ordenação epistemológica da realidade" (MARCUSCHI, 2002, p. 4), uma maneira de explicar e ordenar o mundo e a experiência humana. Por isso, o autor mostra que o saber sobre o mundo é um elemento socialmente elaborado, comunicado e compartilhado pelo uso da língua, não uma descrição de realidades estáveis. Os objetos não são dados de acordo com o que está no mundo, mas se constroem por meio da atividade sociocognitiva em constante dinamização de sentidos nas práticas interativas, conduzindo à sua construção colaborativa. Daí a importância de se conceberem os referentes no discurso a partir dos objetos de discurso, processo cada vez único e irrepetível, responsável por boa parte da construção do sentido do texto.

Koch e Elias denominam "[...] *referenciação* as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Quando tais referentes são retomados mais adiante ou

servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina *progressão referencial.*" (2006, p. 123, grifos das autoras).

Vejamos o exemplo apresentado por Koch e Elias (2006, p. 124, grifo das autoras):

> *Nova espécie de ave* é descoberta na Grande SP
> O Ibama anunciou ontem a descoberta de *uma nova ave, o bicudinho-do-brejo-paulista.*
> *O Stymhalornissp.nov* (a terminação indica que *o animal* não recebeu a denominação definitiva da espécie) foi encontrado pelo professor Luís Fábio Silveira, do Departamento de Zoologia da USP, em áreas de brejo nos municípios de Paraitinga e Biritiba-Mirim, na Grande São Paulo, em fevereiro. *O pássaro* tem pouco mais de 10 centímetros de comprimento, capacidade pequena de vôo e penugem escura. (Fonte: O Estado de São Paulo, 6 maio 2005a, p. 18).

Os autores mostram no exemplo acima que o referente principal **uma nova ave** depois de introduzido é retomado por **bicudinho–do-brejo-paulista**, **O Stymhalornissp.nov**, **o animal**, **O pássaro**. Vejamos outro exemplo:

	Governo dará vantagens por prisões
1	O governo do Estado vai tentar de tudo para convencer municípios a aceitarem
2	presídios.
3	Promete inclusive recompensar aqueles que receberem os presos no seu território.
4	**A compensação** virá sob a forma de maior contingente de policiais civis e
5	militares ou com a construção de canchas poliesportivas e dinheiro para iluminação
6	pública – duas providências que costumam inibir o crime. **Outra possibilidade** é a
7	construção de ginásios para lazer e escolas.
8	A determinação para que sejam feitas negociações "exaustivas" com prefeituras
9	que hoje se opõe à construção de presídios em seus municípios partiu da governadora
10	Yeda Crusius. Os contatos com prefeitos serão feitos pelos secretários estaduais José
11	Alberto Wenzel (Casa Civil), Mateus Bandeira (Planejamento) e Edson Goularte
12	(Segurança Pública).
13	**A mais curiosa oferta** – e, possivelmente, a mais tentadora – pode ser a de
14	incentivos fiscais. O governo estuda premiar com maior retorno de ICMS o município
15	que aceitar as prisões.
16	- **Isso** depende do projeto de lei e será discutido na Câmara Setorial de
17	Desenvolvimento Social – confirma o secretário Mateus Bandeira.

Fonte: TREZZI, Humberto. *Zero Hora*, 02 abr. 2009.[5]

Podemos observar no exemplo acima que o referente principal **a compensação,** depois de introduzido, é retomado por **outra possibilidade**, **a mais curiosa oferta**, **isso**. Essas expressões, constituídas de determinante e sintagma nominal e pronome demonstrativo,

[5] Apresentamos, paralelamente aos exemplos dos autores aqui estudados, exemplos por nós selecionados a fim de demonstrar que os conceitos podem ser identificados em diferentes textos.

colaboram para a construção do sentido do texto e para sua progressão textual. Observamos que o que determina a escolha dessas expressões anafóricas é o ponto de vista do produtor do texto, uma vez que dentre tantos sintagmas que poderiam funcionar como referentes o autor opta por determinada construção. Dentre as três formas de retomada, duas perpassam maior neutralidade (**outra possibilidade** e **isso***)*, porém o objeto de discurso **a mais curiosa oferta**, que tem por base o uso de um advérbio intensificador e um adjetivo junto a um substantivo, demonstra valor axiológico. Portanto, permite identificar a subjetividade do autor.

Como vimos, a partir do trabalho com os referentes, cria-se uma rede complexa de relações e significados que colaboram para a progressão textual. Conforme Marcuschi, "aspecto central da textualização é a *organização referencial* que dá continuidade e estabilidade ao texto, contribuindo decisivamente para a *coerência discursiva*". (2001a, p. 191, grifo do autor).

Por meio dessas estratégias, os referentes podem ser introduzidos ou modificados, colaborando para o processo de compreensão do texto pelo acréscimo de novas informações ou avaliações em torno dos referentes, o que acaba contribuindo para a coerência do texto, uma vez que se o referente fosse retomado sempre do mesmo modo, o texto se tornaria redundante, antipático e imóvel. É importante ressaltar que a progressão textual envolve movimentos que oscilam para frente e para trás, os quais podem ser representados, em parte, pela catáfora e pela anáfora, porque, além disso, "[...] há movimentos abruptos, há fusões, alusões etc. Em sentido estrito, pode-se dizer que a progressão textual se dá com base no *já dito*, no que *será dito* e no que é *sugerido*, que se co-determinam progressivamente". (KOCH, 2005-b, p. 85, grifo da autora). Esse processo cria uma rede de relações não lineares que fazem o texto progredir e, assim, colaboram para a construção do sentido, uma vez que o leitor espera encontrar no texto essa espécie de linha que é construída pelos referentes e que guia o processo de compreensão textual.

Entendida a referenciação como processo de construção e reconstrução de objetos de discurso, ou seja, referentes construídos de acordo com cada situação comunicativa, envolvendo os sujeitos, o aqui e o agora, é que surge a proposta de substituir a noção de referência (teorias vericondicionais) pelo conceito de referenciação, entendida como atividade discursiva, pois "os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, eles a (re)constroem no próprio processo de interação". (KOCH; ELIAS, 2006, p.124). É possível observar esse fenômeno no exemplo apresentado por Koch e Elias:

> O dia começa às cinco para a turma que serve o café da manhã – carregam os pães e grandes vasilhames com café em carrinhos de ferro. Pelo guichê das celas trancadas surgem canecas e bules amassados, à medida que o grupo passa. *Os inimigos da aurora* deixam a vasilha da café no guichê da porta e penduram um saco plástico para receber o pãozinho com manteiga e evitar o suplício de sair da cama. (2006, p. 125, grifo das autoras)

Podemos notar, conforme explicam as autoras, que a expressão *inimigos da aurora* só faz sentido no interior desse texto e refere-se aos detentos que não gostam de levantar cedo. Esse referente é construído textualmente e seria muito difícil identificar o referente da expressão fora do contexto.

Também é possível observar esse fenômeno no seguinte exemplo:

	Sem acento no pé
1	Até ***a marca gaúcha que é líder no mercado de calçados femininos da América***
2	***Latina*** está acertando o passo com a reforma ortográfica da Língua Portuguesa.
3	Doravante, a **Azaléia** vai perder o acento: tanto a grife quando o nome
4	institucional passam a ser **Azaleia.**
5	A mudança gerada por simples sinal gráfico exigirá uma megaoperação. Terá de
6	ser atualizada a logotipia das lojas, embalagens, papelaria, cartões de visitas e todo o
7	material de comunicação.

Fonte: *Zero Hora*, 17 fev. 2009.

Podemos notar, conforme explicam as autoras, que a expressão **marca gaúcha que é líder no mercado de calçados femininos da América Latina** só faz sentido no interior desse texto e refere-se à **Azaleia**. Esse referente é construído textualmente e seria muito difícil identificar o referente da expressão fora do contexto. Mais difícil ainda seria relacionar e propor coerência à expressão que dá título ao texto **sem acento no pé** fora do contexto, visto que exige do leitor o conhecimento de que ocorreu uma reforma ortográfica. Esse elemento também é ancorado na palavra **Azaleia** e remete ainda ao produto que usamos e identificamos através dessa marca. Em outro contexto poderia, por exemplo, referir-se à flor.

Para Mondada e Dubois (2003), os objetos do mundo aos quais o discurso faz referência são objetos constitutivamente discursivos, gerados na enunciação, isto é, se elaboram numa dinâmica discursiva, não fazem uma simples remissão linguística. Em razão desse fato, não se usa a noção de referência, e, sim, de referenciação, pois não se trata de um ato de designação do mundo, mas de uma construção dinâmica desse mundo por meio do discurso. Nas palavras das autoras,

> [...] passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito "encarnado", mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. (2003, p. 20).

Nesse dinamismo, a realidade é criada e entendida sociocognitivamente, na interação do sujeito com o seu meio, sujeito que vive, que sonha, que critica, que constrói conhecimento. Este sujeito de linguagem é imerso nas práticas linguísticas, sociais e culturalmente situadas, as quais tornam públicas versões do mundo por meio da língua.

O processo de referenciação, nesses termos, está levando em conta a atuação do homem, sujeito linguístico, ao nomear, designar ou atribuir simbolicamente uma representação ao que se vê no mundo, até porque não há uma relação direta entre linguagem e mundo, pois nem tudo o que se nomeia está presente ou tem uma existência própria. Portanto, tal relação é um processo complexo, que possui ângulos diferenciados de observação, e não é possível não observar os aspectos sociais, cognitivos e interativos que são inerentes às práticas de linguagem.

O exemplo transcrito a seguir, apresentado por Marcuschi (2001-b, p. 38-39), ilustra os argumentos supracitados. Trata-se de um diálogo entre uma moça de 27 anos (N) que chega ao posto de gasolina com o seu carro, onde um frentista (F), de 29 anos, lhe diz:

> N: quer verificar água da bateria por favor
> F: um momentinho moça (...) está baixa (...) vai pegar uma meia garrafa
> N: quanto é a garrafa?
> F: é vinte e cinco (...) o resto você guarda que serve para outra vez
> N: o senhor quer verificar o óleo também? (...)
> F: o óleo tá bom (...) tá um bocado sujo mas ainda agüenta uns dias
> N: se tiver muito sujo, melhor mudar logo
> F: olhe aqui (...) está preto já mas ele ainda tem visgo
> N: visgo como?
> F: ainda tá grosso assim(...) quando ele tá ralo não presta mais
> N: então deixa (...) na semana que vem eu troco (...) dá uma limpadinha no vidro por favor

A moça desconhecia o que era **visgo**. Embora reconhecesse a estrutura linguística – **ainda tem visgo** – , este saber não lhe bastou para a construção do sentido. Neste caso, a ação interativa solucionou o impasse, sendo a base para o processo de referenciação. (MARCUSCHI, 2001-b, p. 43).

A construção do sentido deu-se com base nas orientações, ou melhor, na explicação dada pelo frentista, o que possibilitou a N integrar ao seu universo discursivo mais um elemento, o que confirma a hipótese de que a referência se constrói na ação interativa. Essa constatação permite a Marcuschi afirmar que o uso da língua se dá de modo público, coletivo, coordenado e colaborativo. É, em suma, conforme foi dito, uma ação conjunta, na qual estão envolvidos processos individuais e sociais, que possibilitam construir discursivamente os referentes lingüísticos.

O texto é constituído por esses objetos, a partir dos quais são possíveis os processos de referenciação, entre estes a realização da anáfora. A referenciação é tema dos estudos da linguística textual, na qual se inserem os estudos sobre o procedimento anafórico como fenômeno organizador do sentido de um texto/discurso.

Marcuschi ratifica a ideia de que as referências se constituem e se transmitem por meio da interação discursiva, sendo, então, a referenciação uma "atividade criativa" (2003, p.7), não apenas um modo de designar o mundo. Assim, passam a ser foco de estudo as atividades de linguagem realizadas pela interação entre sujeitos históricos e sociais, sujeitos que produzem textos que não refletem o mundo real, mas, sim, textos em que os elementos passam a ser objetos de discurso porque são construídos no discurso, de forma interativa, e só nele possuem sentido. Portanto, os estudos sobre a referenciação expressam a mútua constituição da linguagem e da realidade.

Conforme Apothéloz e Reicher-Béguelin:

> De maneira geral, argumentaremos [...] em favor de uma concepção construtivista da referência [...]; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados "objetos-de-discurso" não preexistem "naturalmente" à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – desta atividade. (apud KOCH 2005-b, p. 33).

Dessa maneira, em cada atividade cognitiva e interativa de comunicação os objetos de discurso se constroem e se reconstroem, tornando-se fundamentais para a compreensão do

texto. Esses objetos "constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer" (KOCH, MORATO, BENTES, 2005a, p. 35), escolha de um sujeito que realiza seleções vocabulares, estruturais e contextuais para exprimir uma mensagem que deve ser compreendida. Por isso, uma vez introduzidos no texto, os objetos de discurso podem ser modificados, desativados, transformados, recategorizados, criando e recriando sentidos. Conforme Koch, na constituição da memória discursiva[6] as estratégias de referenciação da construção/ativação, reconstrução/reativação e desfocalização/desativação são básicas:

> 1. *Construção/ativação*: pela qual um "objeto" textual até então não mencionado é introduzido, passando preencher um nódulo ("endereço" cognitivo, locação) na rede conceitual do modelo de mundo textual: a expressão lingüística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse "objeto" fica saliente no modelo.
> 2. *Reconstrução/reativação*: um nódulo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nódulo continua em foco).
> 3. *Desfocalização/desativação*: ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (*stand by*), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores. Cabe lembrar, porém, que muitos problemas de ambigüidade referencial são devidos a instruções pouco claras sobre com qual dos objetos-de-discurso presentes na memória a relação deverá ser estabelecida. (KOCH, 2004, p.62, grifo da autora).

Por meio dessas estratégias é tecido o texto. As referenciações conduzem a que ele possa ser continuamente reelaborado e modificado, construindo, ao poucos, com a soma de cada tópico, um sentido que é orientado em função do querer dizer do produtor do texto. Dessa forma, os objetos de discurso podem ser modificados, ativados, desativados durante o processo de compreensão do texto.

A seguir, trazemos um exemplo de Koch para visualizar melhor o que foi afirmado:

> Com a perigosa progressão *da demência bélica de Bush 2º* [construção] cabe uma indagação: para que serve a ONU? Criada logo após a 2ª Guerra Mundial, como

---

[6] Koch assim explica a memória discursiva: "O discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. Isto é, todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, "publicamente" alimentada pelo próprio discurso (Apotléloz & Reichler-Béguelin, 1999), sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais. Tal representação – a memória discursiva (Berrendoner & Reichler-Béguelin, 1995) tem recebido os mais variados nomes na literatura[...]." (2003, p. 58).

> substituta da Liga das Nações, representou uma grande esperança de paz e conseguiu cumprir seu papel durante algum tempo, amparando deslocados de guerra, mediando conflitos, agindo pela independência das colônias. (...)
> É. Sem guerra não dá. Num mundo de paz, como iriam ganhar seu honrado dinheirinho os industriais de armas que pagaram *a duvidosa eleição de Buch 2º, o Aloprado*? [nova construção a partir de uma reativação] Sem guerra, coitadinhas da Lookheed, da Raytheon (escândalo da Sivan, lembram?). Com guerra à vista, estão faturando firme. A ONU ainda não abençoou *essa nova edição de guerra santa, do terrorismo do bem contra o terrorismo do mal* [reconstrução por recategorização]. *O Caubói Aloprado* [reconstrução por recategrização] (...) já nem disfarça mais.(...) (Juracy Andrade, "Delinqüência internacional", Jornal do Commercio, Recife, 8 fev. 2003). (KOCH, 2003, p. 63, grifos do autor).

No exemplo acima, podemos observar que o referente G.W. Bush é construído e reconstruído no texto, de forma a atender aos interesses argumentativos do jornalista.

Vejamos outro exemplo:

	Assaltantes inovam em roubo a banco na capital
1	Em vez de armas, **dois assaltantes** usaram uma ordem de prestação de serviço,
2	uniformes e crachás em nome de uma empresa de telecomunicações para driblar os
3	vigias e a gerência de um banco da Capital.
4	Após entrar no Banrisul da Avenida dos Estados, na Zona Norte, **a dupla** rendeu
5	os três seguranças e franqueou a passagem de dois comparsas, ao meio dia de ontem.
6	O ataque começou, porém, horas antes de **os bandidos** sacar suas armas e render
7	os funcionários e cerca de 15 clientes. [...] Apesar do pedido de urgência, **os assaltantes**
8	chegaram à agência antes dos técnicos da ETE, empresa terceirizada.
9	Ao chegar à área de autoatendimento**, os dois assaltantes disfarçados** entregaram
10	a um dos vigias uma ordem de serviço com a solicitação de um reparo das linhas.

Fonte: AMORIM, Francisco. *Zero Hora*, 23 abr. 2009.

No exemplo acima, podemos observar que o referente **dois assaltantes** é construído e reconstruído no texto, de forma a atender aos interesses argumentativos do jornalista.

Ressaltamos que para a completa compreensão dos textos é necessário que o leitor possua uma bagagem de conhecimentos (conhecimentos prévios, conhecimento de mundo) sobre o assunto abordado e, assim, consiga estabelecer as relações, as inferências, perceber a ironia, competências necessárias à completa compreensão do texto. Também é possível observar que o produtor do texto viabiliza pela seleção de referentes do texto, entre as diversas possibilidades que a língua lhe oferece, que o leitor mobilize um contexto relevante à interpretação e construa determinados sentidos. Daí o texto ser entendido como "atividade interativa" (KOCH, 2005b, p.17) que produz sentidos.

Levando em consideração os estudos da referenciação, o processo de compreensão textual se dá no enlace das informações que se encontram sugeridas na sua cotextualidade, com os conhecimentos sociais que, por meio de pistas, de sugestões, são acionados pelos indivíduos. Compreender textos depende, portanto, de uma grande parcela de conhecimentos partilhados. Conforme Koch e Cunha-Lima:

> A natureza, a estrutura, o armazenamento e o processamento desses conhecimentos são questões fundamentais para a Lingüística Textual desde, pelo menos, a década de 1980. Isso fez com que a Lingüística Textual passasse a ter necessidade de refletir sobre fenômenos como memória, atenção, representação mental e processamento cognitivo em geral, precisando postular ou adotar um modelo de cognição que desse conta dos fenômenos encontrados na análise do texto. (2004, p. 291).

Portanto, estabelecer o sentido é agir sobre o discurso, compreendendo as relações ali apresentadas, interagindo com esse discurso por meio da linguagem e de todo o conhecimento que o leitor possui, tanto aquele advindo da escola, quanto o adquirido na vida cotidiana. Na leitura de um texto, são mobilizadas uma série de estratégias que permitem ao sujeito ativo participar da construção do texto e construir um sentido que seja compatível com a proposta apresentada pelo seu produtor. Por isso, trabalhar com texto na sala de aula exige tempo para o debate, para a reflexão, para a construção de hipóteses e questionamentos. Não basta que os alunos aprendam a decodificar a mensagem da superfície textual; é preciso ir além, analisando os elementos linguísticos que permitem certo tipo de construção sintática e de sentido; reconhecendo os fatores que constituem o contexto e, sobretudo, sabendo ler as informações que são dadas ou ocultadas.

Por isso, também é importante observar a instabilidade entre as relações das palavras. A cada novo discurso temos novas relações linguísticas, que só constroem sentido naquela situação. Isso porque é possível escolher as palavras no eixo do paradigma e organizá-las no eixo do sintagma, e o que determina essa escolha é o ponto de vista de quem trabalha com a língua. Saussure diz que “é o ponto de vista que cria o objeto” (1995, p.15) e que “uma palavra só existe verdadeiramente, de qualquer ponto de vista que se adote, pela sanção que recebe, a cada momento, daqueles que a empregam”. (2002, p. 76). Desse modo, o sentido atribuído às palavras é determinado pelo seu uso em cada atividade discursiva e social, sendo a significação produto dessas interações sociais. O discurso é doador de sentido e, portanto, nenhum valor preexiste fora dele. “Isso quer dizer que os fatos de linguagem não são

exteriores à experiência humana, mas fazem parte dela, são mesmo o seu produto, porque a linguagem é uma atividade do homem." (PAVEAU; SARFATI, 2006, p.66). Portanto, ao estudar o processo de referenciação, torna-se relevante o estudo da situação discursiva e social em que o texto é produzido a fim de se obter uma melhor compreensão desse texto.

Marchuschi (2002), ao tratar da categorização como atividade discursiva, lembra:

> Construir conhecimentos não equivale a construir retratos da natureza ou do mundo e sim dar tratos racionais à natureza e ao mundo. Assim, o saber sobre o mundo é uma fabricação socialmente elaborada (mediante atividades coletivas) e lingüisticamente comunicada (com mecanismos textuais estabilizados em instrumentos semiológicos supra-individuais). Isto é: a maneira como nós dizemos o mundo já que as atividades de categorização têm uma dimensão discursiva, como lembra Mondada (1977). O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo ou de uma ação discursiva e não de uma identificação de realidades discretas, objetivas e estáveis. (2002-a, p. 8).

Portanto, por meio da lingua criamos, interpretamos e agimos sobre o mundo. As "coisas" que estão no mundo só possuem nome, valor e sentido porque o ser humano age sobre elas, dentro de uma realidade sociocultural. E isso precisa ser mostrado aos leitores e estudantes, pois é deles que se espera uma leitura crítica dos fatos; uma leitura que seja capaz de identificar problemas deste mundo, os quais podem receber novo tratamento com base em reflexões conscientes e engajadas. O homem, sujeito ativo, é o centro da vida e do mundo; individual e coletivamente atuamos sobre a realidade, e a grande e essencial forma dessa atuação tem por base a lingua.

Ainda de acordo com Marcuschi, "dizer é um modo de construir o mundo, mas dizer é dizer para alguém, de modo que a construção do mundo pelo discurso é dialógica, isto é, interativa. Daí porque ela se dá no discurso". (2002-a, p. 11). Todo processo de comunicação é interativo e dialógico; se dizemos ou escrevemos algo, interagimos com um leitor, ouvinte. Koch ratifica que "[...] a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam seus saberes quer de ordem lingüística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo". (2005b, p. 44). Homem e língua se fundem num processo dinâmico de criação, recriação e compreensão do mundo e construção do conhecimento.

Esse postulado está associado aos seguintes princípios que constituem os fundamentos teóricos em que nos pautamos para examinar o fenômeno da anáfora. Em primeiro lugar,

entendemos que a língua não é homogênea, mas heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente construída. Como decorrência dessa noção, o significado não é independente do uso, ou seja, não preexiste ao uso; as palavras têm significado na medida em que se pode significar algo pelo seu uso. Também consideramos na atividade discursiva como unidade básica o texto, pois, conforme já explicitado anteriormente, ouvimos ou lemos textos, que remetem a falantes, tempo, lugar e circunstâncias da enunciação. Entendemos que os objetos de discurso são elementos que emergem da interação comunicativa entre sujeitos sociais e ativos. Por isso, argumentamos que a atividade discursiva é uma ação conjunta, que envolve uma dimensão cognitiva e social.

É com base nesses princípios teóricos que examinaremos a questão da anáfora. Nossa opção teórica nos limita a examinar modelos que levem em conta o texto e o discurso e seu tratamento na interação. Desse ponto de vista, os significados se encontram no corpo vivo do sujeito linguístico, que está em várias relações com o meio, não na correspondência entre as palavras e as coisas.

1.3 Anáfora: um fenômeno da compreensão textual

Nesta seção do estudo, enfocamos o papel e a importância da anáfora como elemento de compreensão textual. Exemplificamos por meio de textos como, em seu funcionamento, a anáfora constitui-se em objeto de discurso e constrói determinado sentido, colaborando para a compreensão do texto.

Como a anáfora, enquanto referente, colabora na explicação dos mecanismos de produção de sentido? Como seu estudo pode ser relevante para ajudar os alunos a compreenderem melhor os textos? Ressaltamos que a referenciação constitui uma atividade discursiva. Durante a interação verbal, o sujeito procede a escolhas linguísticas para concretizar sua proposta de sentido, e os objetos de discurso se constroem nesse processo. Assim, “o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção”. (KOCH, 2006, p.58). Uma vez produzidos, os referentes podem ser anaforizados e exercer importantes funções na produção do significado.

Na perspectiva discursiva da língua, é necessária a compreensão do conceito de anáfora enquanto objeto de discurso necessário para a produção de sentido nos textos. Para Koch a interpretação de uma expressão “consiste não em localizar um segmento linguístico

(um ‘antecedente’) ou um objeto específico no mundo, mas sim em estabelecer uma ligação com algum tipo de informação que se encontra na memória discursiva”. (2005b, p. 81). Estabelecer essa ligação é produzir sentido, de acordo com as representações presentes na memória discursiva, não somente em relação ao que está posto no texto explicitamente; portanto, o sujeito interage com objetos linguísticos, não com objetos do mundo.

A realização da anáfora ocorre, em geral, por meio de uma expressão nominal ou de um pronome. As formas nominais referenciais são responsáveis por dois processos de construção textual: a retroação e a prospecção, que desempenham funções cognitivas de grande importância para o processamento textual, como forma de remissão a objetos de discurso já apresentados no texto ou sugeridos pelo cotexto: “[...]elas possibilitam a sua (re)ativação na memória do interlocutor” e, como forma recategorização ou sumarização do referente, têm “função predicativa”. (KOCH, 2001b). Portanto, as formas nominais podem veicular informações novas, informações dadas ou inferíveis, como é possível observar no exemplo: “*A avó* da *criança* não tinha meios para sustentá-la. *A mísera velhinha* estava à procura de alguém que quisesse adotar *o recém-nascido cuja mãe perecera durante o parto.*”

A forma nominal **a mísera velhinha** faz remissão à **avó**, ativando esse referente na memória do leitor/ouvinte, tendo a função predicativa que rotula essa avó como sendo uma velhinha miserável. Já o objeto de discurso **criança** é sumarizado pela expressão nominal **o recém-nascido cuja mãe perecera durante o parto,** ao mesmo tempo em que informa que a criança ficou órfã de mãe.

Observemos outro recorte:

	Mistério cerca sumiço de adolescente
1	O sumiço de uma adolescente, aluna interna de um convento, completa 11 dias
2	hoje e intriga a Polícia Civil de Casca, no norte do Estado. [...] O pai, Sebastião Lemos
3	de Morais, 42 anos, busca por conta própria o paradeiro da **filha** e já percorreu matas
4	próximas à cidade na esperança de encontrar **a adolescente**.
5	O mistério que cerca **a história da garota desaparecida** desde a madrugada de
6	22 de fevereiro, domingo de Carnaval, ganhou repercussão nacional. [...] **Ela** teria sido
7	vista com um homem de 21 anos, que, em depoimento, admitiu ter passado algumas
8	horas com **Terezinha**, mas afirmou ter se separado **dela** depois de deixá-**la** em frente a
9	um restaurante.

Fonte: BELLES, Leonardo, *Zero Hora,* 5 mar. 2009.

As formas nominais **garota desaparecida**, **filha**, **adolescente** e **Terezinha** e as formas pronominais **ela**, **dela** e **la** referem-se a **uma adolescente**, ativando esse referente

memória do leitor/ouvinte, tendo a função predicativa que rotula essa moça pelo próprio fato de estar desaparecida. Esses objetos de discurso ajudam a construir uma imagem da adolescente descrita, informando, por exemplo, que possui pais e destacando a ideia de sumiço como algo que identifica essa moça de modo diferenciado. Já a expressão nominal **a história da garota desaparecida** resume a informação do sumiço da adolescente. Essas palavras/expressões se constituem em objetos de discurso na medida em que constroem esse sentido, não outro, o que ocorre neste texto, ao passo que em outro texto teriam sentidos diferentes. Esses elementos também colaboram para a organização e progressão do texto, pois evitam a repetição de segmentos nominais homógrafos e ajudam a construir uma imagem mais clara do referente.

Por isso, as expressões nominais também "[...] constituem recursos coesivos dos mais produtivos na construção da textualidade, podendo funcionar tanto como anafóricas, quanto como catafóricas". (KOCH, 2001b). Assim, colaboram para a progressão referencial e para a construção de uma tessitura de sentidos, orientada pela escolha das expressões nominais anafóricas.

Em se tratando de uma expressão nominal, a escolha do nome-núcleo pode responder pela orientação argumentativa do texto, considerando que um nome axiológico oferece uma avaliação dos fatos e dos eventos, podendo se tornar um meio de manipulação do leitor. Conforme Koch (2001b), a expressão nominal pode ser genérica, metafórica ou metadiscursiva, gerando posições críticas positivas ou negativas.

A autora apresenta dois exemplos em que as expressões nominais são formadas por um nome axiológico:

> O problema reside no ponto de vista em que da virtude se passa ao vício. Procuradores ou promotores por vezes não tem feito o melhor uso de sua função. Alguns utilizam-se do cargo apenas para ganhar visibilidade na mídia quando, mesmo desprovidos de indícios consistentes, lançam acusações que prejudicam terceiros, não raro de maneira irreversível. Há basicamente dois tipos de remédios para *esses abusos*. (Folha de São Paulo, 27/07/2000)
> Vários artistas populares expuseram seus trabalhos na galeria recém-inaugurada. *A excelente seleção* feita pelos organizadores da exposição garantiu o sucesso total do evento. (2001b, Grifo do autor).

Entendemos que no primeiro exemplo **esses abusos** refere-se ao fato de procuradores ou promotores utilizarem-se do cargo para ganhar visibilidade. O produtor do texto encara isso como algo condenável, que foge aos padrões do que é considerado correto e ainda

prejudica outras pessoas, ou seja, é um **abuso**, algo inaceitável. Seria muito diferente a compreensão dessa anáfora se a expressão nominal eleita fosse, por exemplo, **essa situação**. No segundo exemplo, a expressão nominal referencial **a excelente seleção** permite construir um significado positivo, que valoriza o referente.

Apresentamos outro exemplo em que as expressões nominais são formadas por um nome axiológico:

	O Rio Grande não merece isso!
1	De um lado está uma governadora acuada por incessantes ataques de
2	oposicionistas, servidores descontentes com a administração e inimigos políticos velados.
3	De outro, está uma oposição ansiosa para transformar qualquer gota, d'água em tsunami
4	[...]. No meio **deste fogo cruzado**, estão os cidadãos, os contribuintes, os eleitores deste
5	Estado, cada vez mais desiludidos com a classe política e confusos em relação a seus
6	representantes.
7	Ninguém é convincente **neste episódio lamentável**: nem os denunciantes [...];
8	nem o governo[...].

Fonte: *Zero Hora*, 12 maio 2009, editoriais.

A expressão nominal **deste fogo cruzado** faz referência ao momento de crise vivido pelo governo do Rio Grande do Sul e apresenta valor axiológico, uma vez que foi eleita por quem a escreveu para expressar o sentimento de insegurança política dos cidadãos gaúchos, que tentam acompanhar o desenrolar dessa história, mas não conseguem identificar quem está com a razão: se o governo ou se os denuciantes. Seria muito diferente a compreensão dessa anáfora se a expressão nominal eleita fosse, por exemplo, **essa situação**. No segundo exemplo, a expressão nominal referencial **neste episódio lamentável** permite construir um significado negativo, que caracteriza o referente (o momento de crise vivido pelo governo do Rio Grande do Sul) como um fato que desagrada à população. Portanto, a anáfora é responsável pela orientação argumentativa do texto, levando o leitor a construir um significado, não outro.

Koch, Morato e Bentes defendem que a remissão textual tem por função "exprimir aos enunciados em que se inserem, bem como ao texto como um todo, orientações argumentativas conforme a proposta enunciativa do seu produtor" (2005a. p.35), porque a escolha de uma expressão nominal (anáfora) implica sempre a eleição entre diversos modos de descrever o referente. Tal escolha é, realizada em cada contexto segundo a construção do sentido proposta pelo produtor do texto.

> Não é difícil constatar como o emprego de expressões nominais anafóricas opera a recategorização dos objetos-de-discurso, isto é, de que forma tais objetos, ao longo do texto, vão sendo (re)construídos de determinada forma, atendendo aos propósitos comunicativos do falante /escrevente. Nessa recategorização, muitas vezes feita por meio de termos metafóricos, a seleção do núcleo da forma nominal, bem como a de seus modificadores, desempenha papel crucial [...]. (KOCH, MORATO, BENTES 2005a, p. 37).

Dessa forma, no texto é possível construir os objetos de discurso e as múltiplas propostas de sentido em razão das escolhas realizadas pelos sujeitos entre várias possibilidades de organização textual que a língua oferece. Entendemos que a seleção do núcleo nominal é "crucial" porque reforça a argumentação do texto e certas intenções comunicativas, como a ironia e a crítica, intenções que muitas vezes passam despercebidas aos olhos dos alunos leitores. Assim, é necessário que o professor ajude a desvendá-las para uma melhor construção do sentido do texto. O processo de construção de significados, por meio de um processo de reflexão e análise, mesmo que conduzido pela forma de construção do texto e por sua seleção lexical, permite ao leitor ir além da simples decodificação e libertar-se da leitura metódica e dirigida de práticas que só reproduzem a opressão social.

Para Marchuschi, "a anáfora é uma maneira de pôr o indivíduo num 'andador' tirando-lhe a liberdade de criar e obrigando-o a circunstanciar-se ao que vinha em andamento. Pois a anáfora obriga a recobrar algo anterior e tem seus limites nessa operação de recuperação [...]". (2003, p. 14). Isso ocorre porque a anáfora tem seu sentido construído na relação com os demais elementos linguísticos presentes no texto, e reporta-se a um segmento contextual inteiro e/ou remete a antecedentes pontuais.

Os exemplos a seguir mostram a ocorrência da anáfora e o papel desempenhado pelo núcleo nominal como formas recategorizadoras de objetos de discurso que atendem aos propósitos comunicativos do produtor do texto. Registram Koch, Morato e Bentes:

> (6) A gasolina cheira mal no Brasil. E não é de agora. Em 14 de junho de 2000, IstoÉ cunhou a expressão "gasolina podre" [...]. A reportagem mostrava, então – mais de quatro anos atrás – que o combustível oferecido em boa parte dos postos do país era misturado com solvente ou água, danificando motores e prejudicando consumidores. A reportagem denunciou também que, como fruto de ***uma verdadeira farra de liminares*** fornecidas pela Justiça, naquele momento em cada quatro litros de combustível vendido um não pagava impostos. Meses depois, em outubro, Istoé

> [...] denunciava o esquema de compra de permissões, na Agência Nacional do Petróleo (ANP), para o funcionamento de distribuidoras. *No pântano jurídico*, liminares eram fornecidas a empresas antes mesmo de sua constituição legal. Pouco se fez para por ordem no *orgia*. (KOCH, 2005a, p. 37, grifos do autor).

É possível notar que a seleção lexical que forma o núcleo nominal das anáforas é representativa da construção do sentido proposta pelo produtor do texto e denota uma avaliação dos fatos, podendo tornar-se um meio de manipulação do leitor.

	O peso do oriente na recuperação
1	A sensação de que o pior da crise já passou e, daqui para frente, a tendência é
2	mesmo de recuperação na economia se amplia a cada dia. Depois de ter batido no fundo
3	do poço, com quebras e baixas não vistas há décadas, a economia começa a se afastar da
4	crise. Os sinais de arrefecimento **da situação dramática** de meses atrás, vistos agora em
5	alguns países, mostram que **a crise** não terá uma duração tão longa como a prevista no
6	ano passado, quando, não raro, especialistas chegaram a calcular que seus efeitos se estenderiam por dois, três anos ou até mais.

Fonte: HAMMES, Maria Isabel. *Zero Hora*, 5 maio 2009.

Neste exemplo, a expressão nominal anafórica **da situação dramática** remete a um referente não explícito, mas com o qual é possível estabelecer uma relação com as informações da memória discursiva do leitor e a partir de inúmeras relações semânticas expressas no texto. Nesse texto, **situação dramática** e **crise** podem ser consideradas expressões com sentido semelhante que conduzem a leitura à compreensão das dificuldades vividas por todas as pessoas que vivenciaram o fato.

Koch também distingue estratégias de progressão referencial que se baseiam no uso de pronomes ou elipses, expressões nominais definidas e indefinidas. Dessa forma explica que

> a progressão textual (sequenciação) diz respeito aos procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo seqüências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmático-discursivas, à medida que se faz o texto progredir. (2005b, p. 121).

A construção referencial não é um processo simples. Conforme Marchuschi (2001a, p.191), a "[...] progressão referencial não implica necessariamente retomada dos mesmos

referentes”. Dessa forma, os elementos de referenciação não precisam apresentar uma relação linear.

Um fenômeno de remissão textual bastante comum é o chamado encapsulamento anafórico, ou “uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes ou subseqüentes do co-texto, sumarizando-os e encapsulando-os sob um determinado rótulo”.(KOCH, MORATO e BENTES, 2005a, p. 38). Essas expressões nominais podem desempenhar duas funções textuais: rotulam uma parte do contexto que as precede e criam um novo referente textual, que será o foco para os enunciados subsequentes. (KOCH, MORATO e BENTES,2005a). Observemos os exemplos:

> (8) ... e eu fui à:: à Europa e a Paris numa época de muito frio eu fui...proximamente nesta época eu eu eu embarquei em novembro e voltei nas vésperas de Natal...então eu andava muito a pé...*circunstância* que talvez não ocorresse se eu tivesse ido no verão...(KOCH, 2005-a, p. 39, grifo do autor).

Neste exemplo, observamos que a expressão anafórica **circunstância** rotula o segmento do texto **então eu andava muito a pé** e constitui-se como novo referente textual, que colabora para a progressão do texto e para a construção de seu sentido.

	Gripe: o que mudou
1	Ainda não se sabe exatamente que rumo tomará o atual surto de gripe no mundo.
2	Mas uma coisa já se pode dizer: em relação às epidemias do passado, **a situação**
3	melhorou muito, mas muito mesmo.

Fonte: SCLIAR, Moacyr. *Zero Hora.* 5 maio 2009.

Neste exemplo, a expressão anafórica **a situação** rotula o segmento do texto **o atual surto de gripe no mundo** e constitui-se como novo referente textual, que colabora para a progressão do texto e para a construção de seu sentido. Esse tipo de anáfora recebe a característica de rótulo porque, de forma resumitiva, remete a uma ideia ou parte textual antecedente. No próximo exemplo, também encontramos o mesmo sintagma nominal **a situação:**

	Dívida chegava a R$ 2 milhões

1 2 3 4 5 6 7	As empresas Maria Gabriel Calçados Ltda e a Aveto Lucca Calçados Ltda, de propriedade do casal, somam aproximadamente R$ 2 milhões de dívidas, informou ontem o advogado Carlos Henrique D'Avila. No levantamento foi somado ainda um montante de 52 processos trabalhistas, 14 processos de execuções de banco e cerca de 20 processos de execuções fiscais, que a empresa enfrenta. **A situação**, segundo o advogado, teria se agravado em 2007, quando o casal optou por fazer a fusão das empresas [...].

Fonte: BARBIERI, Letícia, *Zero Hora.* 17 abr. 2009.

Nesse trecho, **a situação** rotula um segmento do texto e se constitui como um objeto de discurso diferente do citado no exemplo acima, uma vez que, neste caso, a informação resumida é a dívida das empresas, que levou sua dona, Roselani Radaelli Picini D'Avila, a assassinar o marido, a irmã e a sobrinha, ou seja, os objetos de discurso são construídos em cada texto, como é o caso de **a situação**, que tem seu sentido construído de acordo com o texto em que figura.

No exemplo abaixo, a forma **a maré de otimismo**, além de rotular um segmento do texto, tem a característica de avaliação, ou seja, possui "valor persuasivo" e pode orientar a interpretação desses enunciados.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13	**Economia global – Reação traz euforia** Nos Estados Unidos, houve outros sinais positivos. O presidente do Federal Reserve em Richmond (uma das 12 divisões regionais do banco central dos EUA), Jeffrey Lacker, afirmou que a recessão está enfraquecendo e pode acabar ainda este ano.Os gastos no setor de construção civil subiram 0,3% em março na comparação com o mês anterior. Assim como o indicador chinês, o resultado norte-americano também pode parecer modesto. Mas é a primeira alta desde setembro do ano passado, surpreendendo analistas, que esperavam queda de 1,5 % Além disso, as vendas de casas no país cresceram 3,2% em março. **A maré de otimismo** foi reforçada no Brasil. [...]

Fonte: *Zero Hora* , 5 maio 2009.

Assim, é possível observar que o emprego das expressões nominais anafóricas serve aos propósitos do autor do texto como possibilidade de reconstruir objetos de discurso, que

tenham característica neutra ou avaliativa e que podem atuar sobre o leitor orientando a sua interpretação do texto. Logo, a ideia de **maré de otimismo** diz respeito ao ponto de vista do autor do texto, que situa o enfraquecimento da recessão dentro de um quadro otimista da economia mundial. Explicam Koch, Morato e Bentes:

> As expressões nominais remissivas funcionam como uma espinha dorsal do texto, que permite ao leitor /ouvinte construir, com base na maneira pela qual se encadeiam e remetem umas às outras, um "roteiro" que irá orientá-lo para determinados sentidos implicados no texto e, conseqüentemente, para as leituras possíveis que, a partir dele, se projetam.(2005a, p.46).

Para Marchuschi (2001a, p. 199), a interpretação referencial das anáforas é "[...] uma questão de representações ou de espaços mentais gerados no contexto discursivo e com objetivos específicos". Por isso, defende uma perspectiva que considera, na construção referencial da anáfora, os processos cognitivos e argumenta que a anáfora pode ocorrer sem um antecedente explícito no contexto, ou seja, sem uma atividade remissiva, sem retomada. Mesmo estando este caso de anáfora mais presente na oralidade, muitas vezes aparece em gêneros escritos como carta, bilhete e noticiário de jornal.

Esse autor defende que a importância do estudo desse tipo de anáfora (nominada de esquemática) justifica-se pela necessidade de sua explicação por meio de uma fundamentação cognitiva e pragmática, como é possível observar no exemplo: "*A equipe médica* continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo *eles*, o paciente não corre risco de vida." (2001a, p. 200).

Neste exemplo o pronome **eles** não é considerado correferencial, pois não apresenta um referente cotextual antecedente. Mesmo assim, como leitores, identificamos que o pronome **eles** se refere à **equipe médica**, ou melhor, aos médicos da equipe médica. Situações como essa não são explicadas pela gramática. Marchuschi (2001a, p. 201) adota a expressão "anáfora esquemática" para designar essa ocorrência; em especial, destacando que nesse fenômeno o funcionamento discursivo está ligado à enunciação.

Assim, a realização das anáforas não depende do processamento de segmentos bem delimitados no texto, como é possível observar no seguinte exemplo citado por Mussalin e Bentes (2004, p. 295-296):

> *Margô* passou três meses no distrito, numa cela com 32 homens, e ninguém abusou *dela*. Apesar da sainha agarrada, do bustiê e do silicone nas coxas, o maior respeito. Quando foi transferida para o Carandiru, conheceu um ladrão e se apaixonou. Um domingo de visita (não para *elas*, há muito distantes da família), com sangue nos olhos, o ladrão invadiu o barraco:
> - Você vai aprender a calar essa filha da puta da tua boca!
> E, antes que *ela* entendesse, acertou-lhe um murro no queixo com tamanha força que *Margô*, perdeu o equilíbrio, bateu a cabeça no armário (...) Isso porque a mulher do ladrão, mãe dos três filhos dele, na visita, disse que já sabia de tudo e só voltaria quando ele largasse daquele *degenerado*!(Varela, D., Estação Carandiru, 2000, p. 213-214).

Como explicam as autoras, para entender que Margô, neste exemplo, é um travesti são necessários conhecimentos de mundo e informações cotextuais. Alguns elementos linguísticos auxiliam na produção de inferências, como o uso de pronomes no feminino, a referência ao uso do silicone, a transferência da personagem para um presídio masculino e, por fim, o uso do adjetivo degenerado, empregado no gênero masculino.

Assim, entendemos que as informações textuais muitas vezes não são explícitas, não trazem na sua superfície tudo que é necessário para a construção da compreensão. “Os sentidos constituem-se simultaneamente dentro e fora das mentes.” (MUSSALIM; BENTES, 2004, p. 297). O discurso é, portanto, o palco onde se constrói um determinado sentido; é nesse espaço que se estabelece a relação anafórica para a qual os sujeitos em interação, a partir do conhecimento que partilham, constroem um sentido. Desse modo, várias são as anáforas que contribuem para a organização da informação e do sentido num texto.

A seguir, pretendemos apresentar o conceito de anáfora e sua classificação, tarefa difícil, já que em nosso estudo observamos que esses conceitos diferem de autor para autor e fazem surgir subclassificações de anáforas. Assim, tentamos apresentar alguns conceitos principais, por fim dando ênfase à anáfora encapsuladora, foco da atenção desta pesquisa.

1.4 Anáfora: alguns tipos

Deniz Aphotelóz apresenta a noção de anáfora e de antecedente em geral, como a “representação do sentido construído no texto” (2003, p. 59, grifo do autor), de acordo com os pressupostos compartilhados pelos participantes da comunicação e com outros fatores contextuais. Por isso, defende a ampliação da noção de antecedente, explorando a ideia de desencadeador de antecedente. Para tal, argumenta que, às vezes, a interpretação do

desencadeador de antecedente e a de antecedente não coincidem. Nesse caso, o sentido que se constrói varia em função dessa interpretação.

O mesmo autor (2003), ao tratar dos tipos de anáforas, mostra que os seus mecanismos podem levar muito além da simples retomada de informação e contribuir para os aspectos mais especificamente construtivos do discurso. Ele alerta para os casos em que "[...] a expressão anafórica é um SN[7] cujo nome explora, para fins de identificação do referente, não mais uma denominação anterior a ele, mas atributos que lhe foram dados no intervalo por via de uma predicação". (2003, p. 57). Assim, argumenta que não se pode delimitar a noção de antecedente apenas pela sua relação semântica com a forma retomada. Há outras dimensões envolvidas nessa questão, como a pragmático-discursiva, por exemplo. Com base nessa concepção, o autor distingue a anáfora fiel e infiel; a anáfora por nomeação, a anáfora por silepse e a anáfora associativa. A anáfora fiel configura-se pela retomada de um referente por um sintagma nominal definido ou demonstrativo, cujo nome núcleo repete o do referente, por exemplo: *uma casa / esta casa / a casa*. Em oposição, segundo o autor, ocorre uma anáfora infiel quando o nome núcleo retoma o referente por meio um sinônimo, por exemplo: *a habitação*. Nessas concepções fica claro o fenômeno da correferência.

Apothéloz (2003, p. 71) trata de anáfora fiel e infiel, que, basicamente, podem ser entendidas como anáfora direta e indireta, respectivamente. Marcuschi (2000b) faz referência à anáfora infiel como estratégia pronominal, uso de pronomes com função anafórica, mas sem antecedente explícito na cotextualidade, o que, segundo ele, é mais comum na fala. Entretanto, não é nesse sentido que Apothéloz a compreende.

Ocorre anáfora por nomeação "quando o sintagma nominal transforma em referente, quer dizer, em objeto individuado, o processo denotado por uma proposição anterior". (APOTHÉLOZ, 2003, p. 71). Esta anáfora permite manifestar a subjetividade do enunciador e também depende do processo de correferência. O autor nomeia ainda a anáfora por silepse, que se compõe nas retomadas anafóricas pronominais e apresenta informações a respeito do gênero e do número do referente. Como exemplo cita quando o referente **a pessoa interessada** é retomado pelo pronome **ele**, esclarecendo que o referente pertence ao sexo masculino. Por sua vez, para a realização da anáfora associativa os sintagmas nominais devem apresentar, simultaneamente, duas particularidades:

---

[7] Sintagma nominal constituído, no mínimo, de um determinante e um nome. É o que consideramos neste estudo como uma expressão nominal definida.

> - de um lado, uma certa dependência interpretativa relativamente a um referente anteriormente (às vezes, posteriormente) introduzido ou designado;
> - de outro lado, a ausência de correferência com a expressão que introduziu ou designou anteriormente (às vezes, posteriormente) esse referente. (APOTHÉLOZ, 2003, p. 75).

Portanto, essa anáfora apresenta o referente como se já fosse conhecido, ou como "identificável", mesmo que não tenha sido citado ainda. O autor apresenta o seguinte exemplo: "Nós chegamos a uma cidade. *A igreja* estava fechada." (APOTHELOZ, 2003, p. 76, grifo do autor). **A igreja** figura como anáfora associativa porque se entende que uma cidade tenha uma igreja; logo, o termo **cidade** funciona como desencadeador de referente. Assim, a anáfora associativa introduz no texto um elemento novo por meio de relações que ligam esses dois elementos, como se um fosse parte do outro.

Marcuschi (2001) apresenta uma definição sobre a questão geral das anáforas e contesta o conceito de anáfora apresentado por Milner (1982), por se fundar na teoria vericondicional e numa perspectiva gerativista, o que torna a noção de anáfora muito restrita. Para Milner (apud MARCUSCHI, 2001a, p.195), "ocorre uma relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A[...]", ou seja, para esse autor a relação entre a anáfora e seu antecedente textual é condição indispensável. A definição de Milner, também adotada por outros estudiosos, não possibilita explicar muitas situações de referenciação.

Segundo Marcuschi, a concepção original de anáfora na retórica clássica "[...] indicava a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase". (2000b, p. 2). Atualmente, o conceito de anáfora identifica expressões que, no texto, remetem a outras expressões ou enunciados e contribuem para a progressão referencial.

As anáforas diretas designam expressões que remetem a outras expressões no texto e "[...] retomam referentes previamente introduzidos, ou seja, estabeleceriam uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente". (MARCUSCHI, 2000b, p.2). Assim, a anáfora direta, de certa forma, substitui a expressão por ela referida e contribui para a progressão referencial. Para Koch e Elias, "anáfora é o mecanismo lingüístico por meio do qual se aponta ou remete para elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir deste". (2006, p.127). Para identificar o referente da anáfora direta, às vezes é preciso recorrer a elementos gramaticais como a concordância de gênero e de número. É importante ressaltar que, sendo a referenciação um processo complexo, nem sempre a anáfora direta será realizada

por uma “congruência morfossintática entre a anáfora e seu antecedente; nem toda a anáfora recebe uma interpretação no contexto de uma atividade de simples atribuição de referente” (MARCUSCHI, 2000b, p. 2), porque a anáfora constitui-se na semântica do texto e pode ter origem inferencial.

Para entender a anáfora indireta, é preciso considerar alguns fatores, como observar a “coerência como um princípio de interpretação e não um princípio de encadeamento enunciativo ou de boa-formação textual” (MARCUSCHI, 2000b, p.5), pois ela pode aparecer sem referente explícito no texto, sendo necessário, então, analisar processos cognitivos e inferências. Para Koch e Elias (2006, p. 128), as anáforas indiretas têm no cotexto “[...] um elemento que se pode denominar de âncora e que é decisivo para a interpretação”. O papel e a delimitação da âncora só é possível dentro do processo de referenciação, uma vez que a ocorrência de certas expressões é que possibilita a construção e identificação de objetos de discurso. Por isso, para interpretar a anáfora indireta o leitor ou ouvinte precisa realizar operações conceituais eficazes.

Segundo Marcuschi,

> a *Anáfora IndiretaI* é um caso de *referência textual*, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores. Uma análise detida das características centrais da *AI* mostra que essas anáforas não dependem de uma congruência morfossintática nem da necessidade de reativar referentes já explicitados.(2000b, p. 2, grifo do autor).

Observemos um caso típico de AI: “Essa história começa com uma família que vai a uma ilha passar suas férias./.../ Quando amanheceu eles foram ver como estava o barco, para ir embora e perceberam que o barco não estava lá.” (MARCUSCHI, 2000b, p. 1). Com este exemplo, o autor explica que é possível observar que **o barco** é uma expressão referencial nova no texto, mas surge como se já fosse conhecida, porque dentro do contexto **ilha** é muito possível a existência de um barco, ou seja, a expressão **ilha** dá suporte cognitivo para a introdução do novo referente **barco**.

Conforme Marcuschi, as anáforas indiretas evidenciam três aspectos: “[...] a não-vinculação da anáfora com a correferencialidade, [...] a não-vinculação com a noção de retomada, [...] a introdução de referente novo”. (2000b, p. 6). Para Koch (2003, p. 7), nas anáforas associativas e indiretas “tem-se uma ativação ‘ancorada’ nos casos em que se introduz um novo objeto-de-discurso sob o modo dado, em virtude de algum tipo de

associação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo[...][grifo da autora]", a qual pode ser instituída pelos processos de associação ou inferenciação, como é possível observar nos exemplos:

> Estavam no pátio de uma fazenda sem vida. O *curral* deserto, o chiqueiro das cabras arruinado e também deserto, a casa do vaqueiro fechada, tudo anunciava abandono. Certamente o gado se finara e os moradores tinham fugido. (Ramos, Graciliano. Vidas Secas.).
> Durante debate recente em uma Universidade, nos Estados Unidos, o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque do PT, foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. *O jovem* introduziu sua pergunta dizendo que esperava resposta de um humanista e não de um brasileiro. (O Globo, 23/10/2000).

Conforme analisa Koch (2003), o sintagma nominal **uma fazenda** serve de âncora para o novo objeto de discurso **curral**. Entendemos que essa relação ocorre em razão da possibilidade de associação desses termos no cotexto e no contexto sociocognitivo; assim, o referente **curral** surge no texto como se fosse um elemento já conhecido.

Em relação ao outro exemplo, a autora mostra que a expressão nominal **debate em uma universidade** serve de âncora, ou seja, de conceito ou objeto de referenciação para a interpretação do objeto discursivo **jovem**, relação construída com base em inferências e no conhecimento de mundo. Isso ocorre porque, conforme Marcuschi (2000b, p. 1, grifos do autor), "trata-se de uma estratégia endofórica de *ativação* de referentes novos e não de uma *reativação* de referentes já conhecidos[...]"; portanto, é um modo de referenciação implícito. Isso é possível porque o gênero em que se apresenta o texto mostra o funcionamento de uma sociedade, torna conhecidas e permite observar as relações que se estabelecem nessa sociedade. Assim, grande parte dos estudantes de uma universidade pode ser identificada como **jovens**.

Para Marcuschi,

> a classe das anáforas indiretas representa um desafio teórico e obriga a abandonar a maioria das noções estreitas de anáfora, impedindo que se continue confinando-a ao campo dos pronomes e da referência em sentido estrito. Ameaça noções de texto e coerência hoje no mercado, constituindo um problema central para teorias formais da referência, sendo ignorada pelos gerativistas. Por fim, reintroduz no contexto da gramática aspectos sociocognitivos relevantes que permitem repensar tópicos gramaticais na interface com a semântica e a pragmática. (2000b, p. 1).

Ciente disso, o autor dedica-se à análise dos casos de referenciação indireta, mostrando que é possível a compreensão da anáfora indireta mesmo sem a existência de uma retomada direta com o cotexto, admitindo um "processo de referenciação não extensionalista" (MARCUSCHI, 2000b, p. 4), que valoriza estratégias cognitivas e inferenciais e tem uma ancoragem no universo textual.

Vejamos um exemplo dado por Schwarz: "Ontem fomos a *um restaurante*. *O garçom* foi muito deselegante e arrogante". (apud MARCUSCHI, 2000b, p. 5, grifo do autor). Como explica Marcuschi, um referente novo é ativado por **garçom** , o qual está ancorado num universo textual precedente que tem por base **um restaurante**. Assim, a anáfora indireta veicula informação nova e velha, fenômeno a que o autor nomina de "tematização remática".

Embasado nessas características e conceitos, esse autor apresenta uma tipologia de anáforas indiretas, subclassificando-as pela sua relação com a respectiva âncora. Para mostrar a diferença entre anáfora direta e anáfora indireta, Marcuschi apresenta um esquema no qual observa que a anáfora direta reativa referentes prévios e a anáfora indireta introduz referentes novos com base em âncoras cotextuais e de modelos cognitivos de natureza diversa.

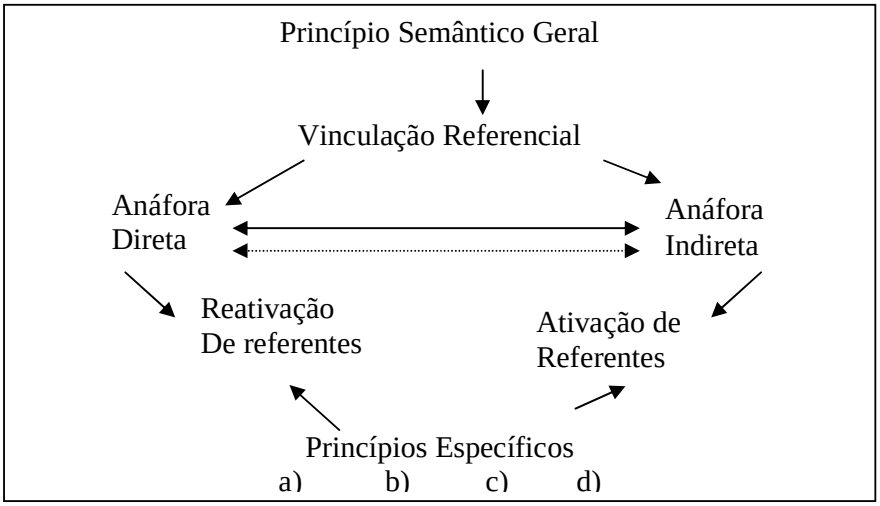

Figura 1 – Esquema do contínuo AD-AI
Fonte: MARCHUSCHI, Luiz Antonio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras, 2000b. p. 17.

Conforme mostra o esquema, na figura 1, Marcuschi propõe dois conjuntos de princípios: um geral, de progressão referencial _ princípio semântico _, e dois específicos _ um de retomada e outro de introdução de referentes – princípios de (re)ativação. Além disso,

o autor reconhece pelo menos quatro aspectos que contribuem para a interpretação das anáforas:

> a. referentes previamente introduzidos (vinculação referencial)
> b. conhecimentos semânticos (papéis temáticos inscritos no léxico)
> c. conhecimentos conceituais (modelos cognitivos estabilizados)
> d. modelos do mundo textual (inferenciações textuais/práticas/ culturais) (MARCHUSCHI, 2000b, p. 17).

O primeiro aspecto, segundo Marcuschi, é específico das anáforas diretas e os demais são próprios das indiretas "[...] mas não específicos, já que há muitas AD que também se servem desses princípios para se constituírem e produzirem a reativação, como as retomadas por sinonímia, antonímia, metonímia, metáfora e outras deste tipo" (2000b, p.17).

Cavalcante (2003) propõe uma classificação para as expressões referenciais e destaca o âmbito do assunto quando o trata por "reino das anáforas". Classifica os elementos referenciais em dois blocos, que se diferenciam pela realização ou não da retomada de referentes. Para a autora, as anáforas são expressões que "[...] realizam a continuidade referencial de objetos presentes no universo discursivo, ou porque foram explicitamente evocados ou porque são dali inferíveis." (2003, p. 2), ou seja, a anáfora procede a retomada de um referente, seja explícito, seja implícito.

Com esta proposta, preserva-se, como diz a autora,

> [...] uma intuição comum, em Lingüística Textual, de que todo recurso referencial que remeta, no mínimo, a qualquer âncora do cotexto é, no fundo, anafórico. Não interessa se tal âncora é um antecedente correferencial, ou se é um outro referente distinto, ou se não constitui nem mesmo um referente, mas sim um conteúdo proposicional, como nos encapsulamentos. Também não importa que, além de exercer esse papel endofórico, certos recursos referenciais sejam simultaneamente dêiticos, cumprindo, assim, uma estratégia referencial *híbrida*: seriam, neste último caso, simplesmente *anafóricos com dêiticos*. (CAVALCANTE, 2003, p.4, grifo da autora).

Cavalcante defende "[...] a necessidade de incluir na definição de anáfora um traço cotextual – para nós, a maneira mais plausível de dar aos anafóricos uma identidade própria", porque "[...] a característica peculiar às anáforas é ter alguma âncora no cotexto que lhes sirva de gatilho [...]", permitindo o encadeamento, a continuidade da referência. Afirma que é para

a âncora "[...]que se volta a atenção conjunta dos enunciadores ao buscarem no contexto o fio da meada". (2003, p. 5) Isso, contudo, não significa que obrigatoriamente essa âncora deva estar explícita, pois é possível que, em algumas situações determinadas, esteja implícita.

Ainda, Cavalcante (2004) distingue os dois tipos de anáfora pela realização ou não da retomada de referentes. Assim, a anáfora direta retoma, de forma total ou parcial, um referente, ao passo que as anáforas indiretas apenas fazem remissão[8] ao referente e "[...] abrigam quaisquer ocorrências de introdução de um referente *novo* para o cotexto, mas *dado*, acessível ao co-enunciador, que pode reconstruí-lo por âncoras cotextuais". (p. 7)

Cavalcante (2004, p. 5) apresenta os exemplos de anáfora direta:

> Você sabe qual é o cúmulo da sacanagem? Trancar um português dentro de uma sala redonda e mandá-*lo* mijar no canto. (fonte desconhecida).
> Comer insetos faz mal?
> Se você respondeu que sim, e ainda fez cara de nojo, não sabe o que está perdendo. Além de não fazer mal algum, *muitos insetos* podem ser tão nutritivos - e saborosos – quanto vários outros bichos que colocamos no prato todos os dias. (Reportagem - Superinteressante, junho de 2004, grifos do autor).

De acordo com esta autora, podemos observar que o pronome **lo** retoma de forma total o antecedente textual **um português**, ao passo que o sintagma nominal **muitos insetos** refere-se a apenas alguns elementos do conjunto; mesmo assim, retoma o referente **insetos**, constituindo-se, portanto, em anáfora direta correferencial.

Cavalcante (2004, p. 6) apresenta o exemplo de anáfora indireta:

> Modo de preparar:
> Coloque o amendoim em uma assadeira e leve ao forno médio por 30 minutos. Mexa sempre até que o amendoim esteja torrado a *pele* saindo com facilidade."(Faça a festa com pé-de-moleque – receita, grifo da autora)

Como ressalta a autora, a anáfora **a pele** não retoma o referente **amendoim**; a pele, na verdade, é uma parte do amendoim, que por isso é classificado como referente novo, mas que pode ser construído por âncoras cotextuais.

Cavalcante (2004) apresenta uma proposta classificatória bem mais completa e complexa, uma vez que pretende reorganizar os processos referenciais orientada por um critério de remissão/retomada. Assim, "[...] nessa perspectiva, haveria, de um lado, as introduções de referentes no discurso sem nenhuma âncora no cotexto, e, de outro lado, as

---

[8] Remissão, nessa acepção adotada por Cavalcante(2004, p. 5), não implica retomada, "[...] só se deve empregar a noção de retomada para os casos de recuperação total ou parcial de objetos discursivos, ou seja, para as situações de correferencialidade."

diversas estratégias de continuidade referencial, que encerrariam os casos de anáfora, sempre ancorados em alguma pista do cotexto.” (2004, p. 1).

A classificação de Cavalcante (2004), como se constata nas figuras a seguir, adota, portanto, o critério de retomada ou remissão. Em qualquer dos casos, seja anáfora direta com retomada total ou parcial, seja anáfora indireta, esse processo pode recategorizar ou não o termo referido. Por isso, às vezes, repete-se a expressão referencial; em outras, é substituída ou, então, transformada, com acréscimo de um termo. A recategorização pode ocorrer para evitar repetições ou para atribuir alguma carga de valor axiológico.

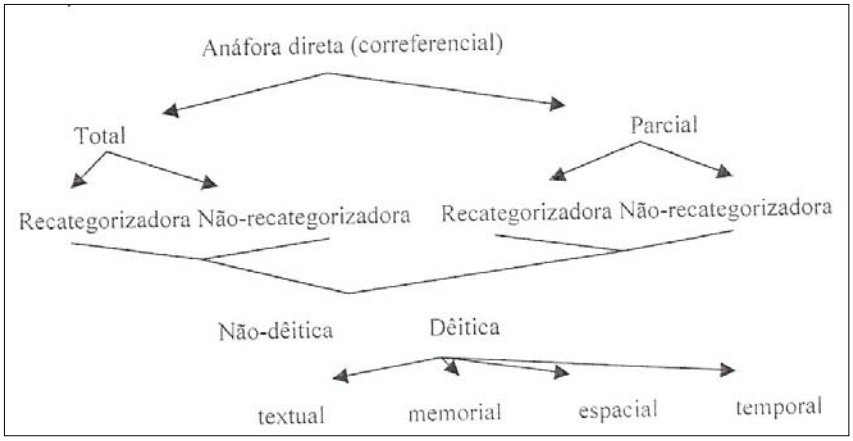

Figura 2 – Esquema das anáforas diretas correferenciais.

Fonte: CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Processos de referenciação – uma visão classificatória.

Conforme mostra a Figura 2, para Cavalcante (2004) só se deve empregar a noção de retomada para as situações de correferencialidade. O processo anafórico indireto, ao contrário, não exige retomada, mas remissão no co(n)texto, como se observa na Figura 3.

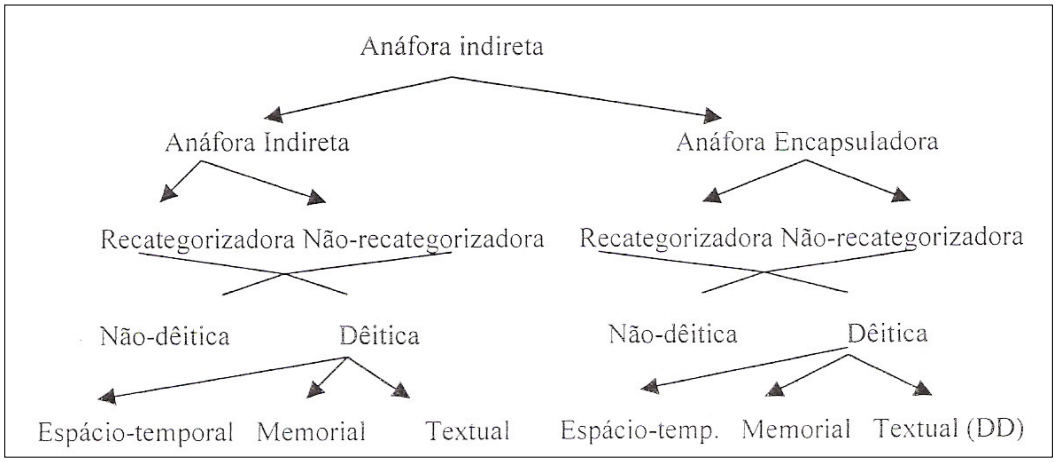

Figura 3 – Esquema das anáforas indiretas.

Fonte: CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Processos de referenciação – uma visão classificatória.

Cavalcante (2004) , ao apresentar o esquema geral das anáforas indiretas, subdivide-as em indireta e encapsuladora. Seu trabalho abrange os processos de referenciação de um modo geral, com estudo das expressões anafóricas e dêiticas. Estas últimas não são objeto de estudo de nossa pesquisa porque limitamos a análise às ocorrências de anáfora conceitual realizadas por expressões nominais.

A anáfora também pode funcionar como uma paráfrase que resume uma parte textual antecedente do texto, constituindo um novo referente discursivo com base nas informações já postas e tornando-se objeto de discurso de novos atributos. Essa anáfora é classificada como anáfora encapsuladora, conforme explica Conte:

> Este termo descreve uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou nome avaliativo, um nome axiológico) como núcleo lexical e revela uma clara preferência por um determinante demonstrativo. O encapsulamento anafórico pode ser definido no seguinte modo: é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Essa porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença). (2003, p. 178).

Essa anáfora possibilita identificar a manifestação da subjetividade e até do julgamento do autor do texto a respeito de determinado assunto, pois sua realização ocorre por meio de uma escolha lexical que contribui para a construção de determinado significado. Conforme a autora, a implementação da anáfora encapsuladora na dinâmica do texto constitui um importante processo de coesão, uma vez que serve de ponto de referência que reconstitui na memória discursiva do leitor o que já foi explicitado no texto anteriormente e também funciona como novo objeto de discurso que passa a receber novas predicações. “Na base da informação velha, um novo referente discursivo é criado, e se torna um argumento de predicações futuras.” (CONTE, 2003, p. 183). Dessa forma, a anáfora encapsuladora contribui para a melhor coesão e progressão do texto e, consequentemente, para uma melhor compreensão e organização do discurso. Observemos o exemplo:

1 2 3 4 5	**Metade dos presos poderia pedir liberdade** Um em cada dois presos brasileiros pode, em tese, reivindicar o direito de responder em liberdade até ser considerado sentenciado em definitivo. **A possibilidade** se abriu com recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que sacramentou o direito dos réus permanecerem soltos até que o caso tramite em julgado – ou seja, até que não haja mais possibilidade de recurso contra a pena.

Zero Hora, 14/02/2009.

Podemos observar que a expressão nominal **a possibilidade,** constituída por determinante mais nome, constitui uma anáfora encapsuladora que resume todo o parágrafo que a precede. As particularidades dessa realização anafórica comportam certas características, como:

> (i) Os referentes dos sintagmas nominais anafóricos não são indivíduos, mas referentes com um status ontológico diferente: são entidades de uma ordem superior como estados de coisas, eventos, situações, processos (que Lyons, 1977, chamou de entidades "de segunda ordem") ou fatos, proposições, atos de enunciação (que Lyons chamou de entidades "de terceira ordem").
> (ii) O antecedente (se é legítimo falar de um antecedente) não é claramente delimitado no texto, mas deve ser reconstruído (ou mesmo construído) pelo ouvinte/leitor. (CONTE, 2003, p. 179.).

É possível verificar que em **a possibilidade** ocorre a retomada de forma resumitiva de um segmento textual explícito, apesar de isso não ser uma necessidade essencial para a realização da anáfora encapsuladora. Enquanto "entidade de ordem superior", nome geral, essa anáfora revela uma proposição, ou seja, a partir da leitura de **a possibilidade,** o leitor constrói o sentido de uma proposta, o que leva a crer que metade dos presos pode pedir liberdade enquanto não recebe um julgamento final, então, uma possibilidade real, basilada pela legislação.

Para Conte (2003, p. 181), a anáfora encapsuladora pode ocorrer por meio de nomes neutros ou por nomes avaliativos: "axiológicos". Essa anáfora encapsuladora de valor axiológico torna-se foco especial de estudo, uma vez que trabalha com questões emotivas e cognitivas que são relevantes para a construção do sentido do texto, pois são reveladoras de pontos de vista e da subjetividade de quem escreve. No exemplo citado, a seleção da expressão nominal **a possibilidade** denota a crença do autor do texto de que realmente o fato (presos responderem processos em liberdade) pode concretizar-se; dessa forma age

persuasivamente, com uma ideia afirmativa, sobre o sentido construído pelo leitor, por isso o conceito de axiológico.

Na forma de realização da anáfora encapsuladora predomina a ocorrência de determinantes demonstrativos.

> Embora o artigo definido não seja excluído de sintagmas nominais encapsuladores [...], existe, todavia, uma clara preferência pelo determinante demonstrativo. O demonstrativo (por seu intrínseco poder dêitico) apresenta um objeto textual novo ao leitor, ou o põe em foco. O demonstrativo também deve ser considerado como uma instrução ao leitor para que descubra o antecedente da expressão anafórica. Quando o nome encapsulador é um nome axiológico, o determinante demonstrativo é quase inevitável, já que existe um tipo de afinidade eletiva [...] entre demonstrativos e termos avaliativos (axiológicos). (CONTE, 2003, p. 183).

Portanto, a expressão nominal, na maioria dos casos de realização da anáfora encapsuladora, realiza-se tendo um determinante demonstrativo acompanhando o nome núcleo. Isso se deve ao poder que o determinante tem de colocar em foco o novo objeto de discurso, convocando, então, a ativa participação do leitor para retomar a ideia antecedente e construir o sentido do texto.

Vejamos outro exemplo:

	Arrumar a casa
1	O presidente do Senado, José Sarney, precisa, com urgência necessária, tomar
2	decisões que demonstrem à sociedade a disposição de resolver as graves pendências
3	resultantes de denúncias sobre irregularidades inaceitáveis para essa casa legislativa.
4	Parlamentares de todos os partidos, em especial os de oposição ao governo, exigem
5	rapidez da Mesa nas providências inadiáveis para evitar que **os escândalos** continuem
6	comprometendo o andamento das votações.

Fonte: LEMOS, Ana Amélia. *Zero Hora*, 18/03/2009.

Nesse exemplo, podemos observar que a anáfora encapsuladora **os escândalos** funciona, conforme Conte (2003, p. 185), como um recurso de interpretação que rotula uma porção textual precedente, pois a opção pelo nome núcleo **escândalos** oferece uma avaliação dos fatos descritos, constituindo-se em ponto fundamental de argumentação e construção de significado do texto. “O encapsulamento anafórico opera tranqüilamente com esses pontos; ele funciona simultaneamente como um recurso coesivo e como um princípio organizador, e pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor.” (CONTE, 2003, p. 186). Daí a

importância do estudo da anáfora encapsuladora axiológica, pois identificá-la e compreendê-la pressupõe agir sobre o texto, construir um significado crítico e desvendar inferências.

Essa revisão bibliográfica e esse estudo da anáfora constituem o amparo teórico para a análise do *corpus* deste trabalho. Antes de passar a isso, faremos algumas considerações acerca do gênero textual notícia, que será o escopo para o trabalho.

2 NOTÍCIA JORNALÍSTICA: UM GÊNERO DISCURSIVO[9]

Em nosso estudo, elegemos como *corpus* a notícia jornalística, considerando ser este um gênero muito difundido na sociedade atual e que pode ser explorado didaticamente. Além disso, a notícia jornalística está presente na comunicação de massa, apresenta relevância social e é usada em sala de aula também para desenvolver a formação de cidadãos críticos. Atualmente, existem muitos estudos a respeito dos gêneros textuais, mas em nossa pesquisa consideramos principalmente as contribuições de Bakhtin (2000) e de Marcuschi (2008).

2.1 Um estudo de gênero no uso da língua

Platão e Aristóteles figuram como os primeiros pensadores a dedicar-se a uma classificação dos gêneros textuais, apesar de lhes dar um tratamento mais literário. Marcuschi (2008, p. 147) cita que "o estudo dos gêneros não é novo, mas está na moda", explicando que no Ocidente esse estudo já tem, pelo menos, vinte e cinco séculos. Porém, atualmente, tem-se uma nova visão sobre esse assunto.

Para o autor, Aristóteles estabeleceu três distinções fundamentais para o estudo dos gêneros: a epopeia, a tragédia e a comédia. No panorama contemporâneo, o estudo dos gêneros muda de perspectiva e torna-se mais multidisciplinar: "assim, a análise dos gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural [...]". (MARCUSCHI,2008, p. 149). Observamos, portanto, que este conceito tem sido amplamente estudado e aprimorado ao longo do tempo. Uma vertente que influencia pesquisas é a proposta pelo Círculo de Bakhtin.

Considerando a utilização da língua, observamos que cada texto reflete condições específicas e finalidades diversas em cada situação discursiva. Bakhtin (2000) justifica a variedade da utilização da língua em razão da própria variedade das esferas da atividade humana:

---

[9] Trabalhamos com gênero textual quando observamos como as anáforas são construídas na materialidade do texto, e com gênero discursivo quando observamos o sentido construído a partir disso.

> A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (2003, p. 199).

Para Bakhtin, o gênero realiza-se no plano concreto por meio de enunciados individuais que guardam características semelhantes às de outros enunciados concretos do mesmo gênero. Conforme o autor, "cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*." (2000, p. 277, grifos do autor). Assim, cada gênero textual contempla em sua estrutura e funcionamento uma situação comunicativa, devendo ser adequado a essa situação discursiva e aos sujeitos sócio-históricos que interagem.

Ainda, Bakhtin (2000) constata que gêneros orais e escritos são marcados pela heterogeneidade, a mesma heterogeneidade que perpassa as atividades humanas, o que possibilita a riqueza e a variedade dos gêneros. O autor apresenta a distinção entre os gêneros primários e secundários. Os gêneros secundários são próprios das esferas sociais mais complexas e se formam pela transmutação dos gêneros primários:

> A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários de outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões de mundo). (BAKHTIN, 2000, p. 282).

Desse modo, a utilização do gênero permite a interação comunicativa por meio de um conjunto de características relativamente estáveis. No entanto, durante esse processo os gêneros se renovam em razão de serem parte de um processo social.

Para Marcuschi (2008), o estudo dos gêneros é complexo porque mostra o funcionamento da sociedade. Conforme o autor, "[...] os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. [...] Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos". (2005, p. 19). Sendo elementos históricos, os gêneros podem cair em desuso, transformar-se ou surgir conforme o desenvolvimento da história da humanidade. Ainda conforme o autor, os gêneros

> caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais. São de difícil definição formal, devendo ser contemplados em seus usos e condicionamentos sócio-pragmáticos caracterizados como práticas sócio-discursivas. (2005, p. 20).

Entendemos, então, que todos os textos se apresentam em algum gênero, atendendo à necessidade comunicativa do indivíduo, e não apresentam necessariamente uma estrutura fixa. Para Rodrigues (2007, p. 155), "no processo de interação verbal, as palavras nos vêm de outros enunciados e remetem a eles; portanto, nessa perspectiva, como elementos do enunciado, elas não são 'neutras', mas trazem consigo sentidos (visões de mundo)". Assim, os enunciados, organizados através de palavras selecionadas conforme um ponto de vista, apresentam-se sob a forma de diferentes gêneros textuais, a fim de alcançar determinado objetivo comunicativo e discursivo.

Precisamos estar atentos para não confundir gênero textual e tipo textual. Marcuschi explica:

> Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza lingüística* de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.*
> Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição características. (2005, p. 22-3, grifo do autor).

Dessa forma, conforme o próprio autor ressalta, "os gêneros textuais fundam-se em critérios externos (sóciocomunicativos e discursivos), enquanto os tipos textuais fundam-se em critérios internos (linguísticos e formais)". (MARUSCHI, 2005, p. 34). É o gênero e tipo textual que permitem a expressão linguística, por meio da linguagem, em diferentes situações comunicativas da vida diária.

Para Lopes-Rossi (2006, p. 77), podemos entender as condições de produção e circulação de um gênero através das respostas a pergunta do tipo "quem escreve (em geral) esse gênero discursivo? Com que propósito? Onde? Quando? Como? Com base em que informações? Como o redator obtém as informações? [...]". Conhecer um gênero permite analisar a escolha vocabular, o emprego de certos recursos linguísticos, a seleção ou omissão

de informações, entre outros elementos que colaboram para a construção do sentido de um texto.

Na dinâmica social, os gêneros textuais tendem a se multiplicar e inovar de acordo com as novas situações comunicativas que surgem com a modernidade, ao passo que os tipos textuais se mantêm praticamente os mesmos. A variabilidade de formas e funções dos gêneros está ligada à maneira como circulam os textos. De acordo com Marcuschi:

> Vejam-se gêneros como receitas de cozinha, bulas de remédio, entrevistas políticas, argüição de tese, sermão e outros que apresentam uma organização e funções bastante estáveis. É claro que mudanças vão ocorrendo, tal como hoje se observa no caso de notícias jornalísticas, reportagens e as notas sociais, por exemplo. Pois é sabido que quanto mais um gênero circula, mais ele é suscetível a mudanças e alterações por se achar estreitamente ligado a uma moldagem social. (2006, p.29).

Convivemos diariamente com uma diversidade de textos, gêneros diversos expostos em jornais, livros didáticos, obras literárias e disponíveis na internet. Isso também justifica a variedade de formas e funções dos gêneros. Para Rodrigues (2007, p. 160), "há um vínculo efetivo entre enunciado e situação social, ou melhor, a situação se integra ao enunciado, constituindo-se como uma parte dele, indispensável para a compreensão de seu sentido." Assim, os fatores sociais são vistos como elementos constitutivos e determinantes dos gêneros.

Diante da organização da sociedade, muitos gêneros se apresentam ligados a algum tipo de suporte. "*Entendemos aqui como suporte de um gênero um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto.*" (MARCUSCHI, 2008, p. 174, grifo do autor). São os suportes que permitem a apresentação e veiculação dos diversos gêneros. Assim, o suporte pode ser um lugar, algo que tenha materialidade; deve apresentar um formato específico e sua função é "fixar e mostrar o texto". (2008, p. 175). O autor ainda distingue os suportes *convencionais* e os *incidentais*: os convencionais têm o objetivo primordial de apresentar ou fixar textos, como, por exemplo, os livros, jornais, revistas, televisão etc.; os outros meios, como elementos da natureza e até o corpo humano (quando suporte de tatuagens), são considerados incidentais, pois muitas vezes também servem como expositores ou fixadores de textos.

A existência de diferentes suportes também contribui para a compreensão de que "[...]os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem". (MARCUSCHI, 2005, p. 20). As mudanças sociais podem ocasionar

mudanças no suporte (em seu modo de circulação, em seu consumo, em seu público leitor), que, por sua vez, podem provocar mudanças ou inovações nos gêneros textuais.

> Assim, os grandes suportes tecnológicos da comunicação tais como o rádio, televisão, o jornal, a revista, a internet, por terem uma presença marcante e grande centralidade nas atividades comunicativas da realidade social que ajudam a criar, vão por sua vez propiciando e abrigando gêneros novos bastante característicos. Daí surgem formas discursivas novas, tais como editoriais, artigos de fundo, notícias, telefonemas, telegramas, telemensagens, teleconferências, videoconferências, reportagens ao vivo, cartas eletrônicas (*e-mails*), bate-papos virtuais (chats), aulas virtuais (aulas chats) e assim por diante. (MARCUSCHI, 2005, p. 20, grifo do autor).

Suporte, gênero, tipo textual constituem-se e modificam-se mutuamente. "Deve-se observar que o suporte no qual o gênero circula também apresenta características determinadas (um papel com determinada gramatura e tamanho, um livro, uma embalagem, um suporte metálico, de madeira, uma revista, um jornal). Essas observações remetem a aspectos e condições de produção e de circulação de gênero." (LOPES-ROSSI, 2006, p. 77). O desenvolvimento da tecnologia, por exemplo, propiciou a vida a novos gêneros, que passam a mostrar características peculiares que possibilitam distingui-los de outros gêneros. Esses gêneros não são totalmente novos, pois possuem uma ancoragem em outros gêneros já existentes. A tecnologia apenas favorece o surgimento de gêneros inovadores, os quais possuem características próprias e outras comuns a outros gêneros.

Pelo exposto, entendemos que estudar os gêneros do discurso significa ultrapassar o estudo das estruturas linguísticas e entender o sentido de um texto como um processo dinâmico de interação. Para Bakhtin, "ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida". (2000, p. 282). Daí a necessidade de uma metodologia de análise que considere a dialogicidade e sua dimensão social constitutiva, pois fora da situação de interação perde-se a dimensão do gênero.

Além disso, Marcuschi argumenta que "o trabalho com os gêneros textuais é uma extraordinária oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia-a-dia. (2002, p.35). Portanto, trabalhar com os gêneros textuais permite enfocar a relação homem/sociedade/língua, ampliando o conhecimento e as possibilidades comunicativas dos sujeitos, proporcionando a valorização da modalidade linguística que eles já possuem e, ainda, contribuindo para amenizar os conceitos preconceituosos em relação à modalidade padrão.

Desta forma, nesta pesquisa aproveitamos a riqueza do gênero textual notícia jornalística porque, de acordo com Marcuschi, os gêneros são "formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentidos". (2006, p. 25). Assim, quando trabalhamos com um gênero, construímos sentidos por meio de nossa atuação sociodiscursiva, proposta primordial para a atividade pedagógica, uma vez que o estudo dos gêneros como "entidades plásticas" permite analisar seu "fluxo sócio-interativo e histórico" (MARCUSCHI, 2006, p. 28), não apenas suas propriedades linguísticas.

Na próxima seção apresentamos as características do gênero textual notícia, escopo desta pesquisa.

2.2 O gênero notícia

Como vimos, os gêneros textuais e do discurso estão sempre vinculados à situação social de interação e em sua constituição apresentam uma regularidade de categorias. Se a dimensão linguístico-textual de um gênero é inseparável de sua dimensão sócio-histórica, as análises precisam situar a esfera discursiva que dá origem a um determinado gênero. Consideramos que

> os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Entendemos que a notícia é um texto que apresenta características dependentes de seu contexto gerador. Observa-se a relevância desse gênero na rotina das pessoas. Notícias são foco de reflexões nos diálogos familiares, entre amigos, nos diferentes locais de trabalho, nos bate-papos casuais das ruas; chegam facilmente ao alcance da maioria da população por meio dos jornais, revistas, rádio, televisão, internet e outros. Assim, pelos diversos relatos orais, ganham novas interpretações e suscitam emoções, revoltas e críticas.

A notícia é produzida conforme técnicas adotadas pela maior parte dos veículos de comunicação, os quais orientam a apuração e seleção dos fatos noticiados, a escolha do

vocabulário, a ordenação das informações, a exposição das fontes etc. Mas, afinal, o que é notícia? À primeira vista, a notícia parece ser um gênero de fácil conceituação e reconhecimento, porém ao dedicarmos um olhar especial a este gênero observamos que existem diferentes conceituações e pontos discordantes a respeito.

Para Lage a notícia se define como *"o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante."* (2004, p. 16, grifo do autor). Segundo o autor, o que diferencia a notícia de outros gêneros textuais é a forma como é redigida, ou seja, qualquer informação regida do mais para o menos importante. Lage destaca ainda certas "restrições pragmáticas" que contemplam a estrutura da notícia, a linguagem utilizada, os temas apresentados, sua apresentação sintática, a postura do redator etc., que acabam por se somar ao conceito de notícia.

O formato de notícia mais comumente adotado pelo jornalismo, conforme destaca Lage, é o *lead*, que "é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso[...] é o relato do fato principal de uma série, o que é mais importante ou mais interessante". (2004, p. 26-27). O *lead* corresponde à abertura da notícia, também chamada de "cabeça" da matéria: "O lead, como proposição completa, está nucleado em um sintagma verbal (SV) e contém um sujeito (SN1), complementos do verbo (SN2, KSN3) e quatro ou cinco circunstâncias (SC1, SC2, SC3, SC4)." (2004, p. 31). Assim, o *lead* apresenta, em síntese, os elementos: quem, o que, quando, onde, como, por que e para quê.

No manual de redação da *Folha de São Paulo* encontramos o seguinte conceito de notícia:

> - Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes. (1996).

Conforme o conceito transcrito, a notícia deve primar pela informação correta e completa dos fatos e evitar que a subjetividade do redator interfira no texto. O tratamento do texto requer exatidão, apontada pelo manual como qualidade essencial do jornalismo.

Para Franceschini (2004, p.148), notícia "[...] é o anúncio de um fato novo, o anúncio da novidade", pois qualquer fato novo pode virar notícia desde que desperte o interesse dos

leitores. Isso contempla desde fatos de relevância mundial, que têm repercussão política, social, ética, econômica etc., até fatos banais do cotidiano, ou seja, a notícia é fruto de um contexto gerador, no qual tudo pode se transformar em foco de atenção dos leitores.

Nas palavras de Lustosa, "[...] *notícia é a técnica de relatar um fato*. Para sermos ainda mais concisos, diríamos simplesmente que *notícia é o relato*, não o fato". (1996, p. 17, grifo do autor). Assim, a notícia é entendida como o relato, o contar um fenômeno social que desperte o interesse de um grupo de pessoas, e acaba por se tornar um produto de consumo. Como a sociedade atual necessita da informação para a sua avaliação e desenvolvimento, a notícia torna-se realmente um bem consumível, que pode ser utilizado de inúmeras maneiras.

De acordo com Bahia, a notícia "é o modo pelo qual o jornalismo registra e leva os fatos ao conhecimento do público. Nesse sentido, a notícia é sinônimo de acontecimento, matéria, dado, verdade, mentira, certeza, dúvida, jornalismo, informação, comunicação". (1990, p. 35). Portanto, o autor valoriza a forma como o público recebe o que é publicado, não o registro apenas, mas a sua repercussão entre os leitores.

Essa revisão conceitual nos permite compreender que o gênero textual notícia tem relação imediata com o mundo dos fatos, porém não se confunde com a realidade, pois cada redator encontra uma maneira de recontar essa realidade. Como vimos no primeiro capítulo, por meio da referenciação, do processo de interação, são construídos os objetos de discurso, que adquirem validade dentro do contexto social. Assim, a notícia constitui-se como texto porque é a elaboração de uma versão pública do mundo, e não poderia ser diferente, pois, como gênero, a notícia é inseparável de sua dimensão social e histórica.

Portanto, a notícia perpassa a atividade humana e influencia na construção do saber. Dessa maneira, configura-se como atividade de produção de sentidos, embora a importância da notícia como gênero muitas vezes não seja reconhecida. Apesar de até os PCNs[10] de Língua Portuguesa fazerem a recomendação de que os gêneros da imprensa devam passar a integrar os currículos escolares, ainda é preciso proporcionar um maior aproveitamento desse gênero no cotidiano da escola e na sala de aula. Por isso, optamos por trabalhar com este gênero, para propiciar uma aproximação com esse formato de texto e mostrar caminhos para a sua melhor compreensão por meio do estudo dos elementos anafóricos.

---

[10] Parâmetros Curriculares Nacionais

2.3 Notícia: um pouco de história

De acordo com Lage (2004), o processo histórico da notícia iniciou-se com a expansão da atividade comercial a partir do século XIII. Até então, a população só tinha acesso às informações que eram veiculadas em decretos, proclamações, exortações e nos sermões das igrejas. Porém, com a atividade comercial começaram a chegar outras informações, pois com a acumulação de capital também se reforçou o processo de alfabetização. Por meio da linguagem falada, o italiano tornou-se a primeira língua moderna no campo literário e, posteriormente, adquiriu repercussão com a escrita, tendo por precursor Gutenberg com a impressão da Bíblia em 1452. Mais adiante, é destacado por Lage o surgimento da impressão periódica: "O primeiro jornal circulou em Bremen, Alemanha, em 1609. O segundo, em Estrasburgo, no mesmo ano. O terceiro, em Colônia, no ano seguinte. Dez anos depois, já havia jornais em Frankfurt, Basiléia, Hamburgo, Amsterdã e Antuérpia." (2004, p. 10).

Nos primeiros jornais, "a notícia aparece como fator de acumulação de capital mercantil", enfocando secas, guerras e expedições. A Igreja e o Estado usaram a censura e o index para tentar conter a veiculação dos periódicos, caracterizando uma luta política "[...] em que a informação aparecia como tema da análise dos publicistas, da denúncia dos panfletários, do puxa-saquismo dos escritores cortesãos". (LAGE, 2004, p. 11). Ainda conforme o autor, o investimento para imprimir um jornal era pequeno, pois na redação trabalhavam poucas pessoas e os leitores pagavam o custo do material. Qualquer pessoa podia lançar o seu jornal, desde que contasse com o apoio de alguns amigos correligionários ou pessoas que temessem ataques impressos.

Com o decorrer do tempo e com o impulso da Revolução Industrial surgiu um efetivo mercado para os jornais, pois cresceu o número de pessoas que aprendiam a ler e surgiu a mecanização, que "começou com a impressora de Koenig, em 1814, passou pela rotativa de Marinoni, em 1867, e atingiu o auge com a composição das linhas de chumbo na linotipo de Mergenthaler, em 1886". (LAGE, 2004, p.12). Dessa forma, não demorou muito para que o empreendimento jornalístico se tornasse empresarial e, consequentemente, o seu custeio fosse em boa parte proveniente da publicidade. Outros fatores, como os folhetins, as histórias em quadrinhos e o popular horóscopo, também contribuíram para o aumento das vendagens dessa mídia, porém a notícia era a matéria principal, "conformando-se a padrões industriais através da técnica de produção, de restrições do código lingüístico e de uma estrutura relativamente estável". (LAGE, 2004, p.13).

Outra preocupação constante no meio e debatida pelo autor refere-se à imprensa sensacionalista – histórias sentimentais e de crimes – e à imparcialidade na apuração dos fatos – buscando no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos, cuidando para não avançar além daquilo que os fatos indicam.

Essas questões históricas do desenvolvimento do gênero notícia são responsáveis pela configuração de suas características, apresentadas na próxima seção.

2.4 A notícia jornalística: características do gênero

Atualmente, o gênero textual notícia aparece em diferentes suportes. Sua difusão ocorre através da mídia impressa, como jornais e revistas, da mídia radiofônica e televisiva e, especialmente, por meio da mídia eletrônica, já que se expande o acesso à internet. Cada vez mais o que vemos é a difusão de informações em tempo recorde. Independentemente do suporte, a notícia conserva, em geral, algumas características comuns.

Encontramos, geralmente, um conceito de notícia que busca a impessoalidade, a clareza e a objetividade e cuja estrutura se orienta pelas respostas dadas àquelas perguntas típicas do *lead* (quem, o quê, onde, como, quando e por quê). Relata Lage:

> Sendo construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém *pensou*, *imaginou*, *concebeu*, *sonhou*, mas o que alguém *disse*, *propôs*, *relatou* ou *confessou*. É também axiomática, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, numa notícia é fraude ou erro. (2004, p. 25, grifo do autor).

É possível depreender, assim, que essa visão de impessoalidade e objetividade considera a concepção da língua como referência, como equivalência do mundo real, concepção contraditória à defendida neste trabalho que é ver a língua descrevendo o mundo. Porém, por esse mesmo motivo é valiosa, pois pretendemos mostrar como nos textos do gênero notícia é possível observar expressões anafóricas que apresentam valores axiológicos. Por isso, é possível, quando trabalhamos com um gênero, construir sentidos por meio de nossa atuação sociodiscursiva, porque a notícia é fruto de certas condições, circula num meio específico e dirige-se a determinados leitores. Também aparece a sua característica de imediatista, por trazer a informação muitas vezes em tempo real (no caso das mídias

televisavas, radiofônicas e de rede), conferindo um valor expressivo à atualidade da informação. Conforme Franceschini,

> [...] a notícia é o que mais usufrui da aura da imparcialidade que leva o leitor a aceitar, a priori, aquele relato dos fatos como verdadeiro e isento. É principalmente em torno dela que foi construído o mito da objetividade, responsável pela enorme acolhida e o potencial de convencimento que o jornalismo tem. (2004, p. 148).

Ainda conforme o autor, por ser um texto técnico, a notícia deve informar a fonte das opiniões para mostrar que o juízo de valor não é uma interferência do redator do texto.

O Manual de Redação da Folha de São Paulo (1996) estabelece critérios para classificar as fontes de informação, conferindo a cada classificação um grau de confiabilidade, mesmo que encontrar isenção e objetividade seja "utopia". (FRANCESCHINI, 2004, p. 153). Entendemos ser um equívoco pensar que um texto pode ser construído sem a participação ativa dos interlocutores, sem transparecer as diversas interações em que os indivíduos tomam parte da realidade da vida cotidiana. Essa forma de conceituar a notícia como um simples relato "[...] neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso em não emitir opiniões pessoais" (TRAQUINA, 1993, p.167, apud LIMA, 2002, p. 4), tem por base as teorias que consideram a língua como "espelho" da realidade.

Em oposição a essa visão, Nelson Traquina afirma:

> [...] *os jornalistas não são simplesmente observadores passivos mas participantes activos no processo de construção de realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento.*(apud LIMA, 2002, p. 4, grifo do autor).

Dessa forma, a notícia é construída a partir da observação do jornalista, ou seja, com base em um ponto de vista determinado, sobre o qual exercem influência a situação social, a formação cognitiva, a interação pessoal, o suporte do texto, o momento do acontecimento do fato noticiado etc. Assim, a notícia passa a ser formulada como "[...] representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível." (ALSINA, 1996, apud LIMA, 2002, p. 4). Esse gênero traduz o que os

olhos veem, o que a consciência analisa, o que o conhecimento conceitua, aquilo que o coração sente e as convicções da sociedade atual e do suporte do texto. Segundo Lima (2002), a partir dos acontecimentos cotidianos, o sujeito ativo, participativo, social, constrói a realidade do texto noticiário ancorado em sua experiência individual, na qual incide a organização do trabalho jornalístico.

É muito provável que a manchete seja o tópico mais lido de um jornal ou revista, que constitui um elemento essencial da notícia, uma vez que apresenta uma síntese do assunto com o objetivo de atrair a atenção do leitor. De acordo com Franceschini (2004), a novidade anunciada pela manchete impressa na primeira página é a grande responsável pela venda do jornal. É possível observar na primeira página dos veículos de comunicação impresso o destaque dado ao gênero notícia por meio de manchetes que almejam causar um impacto nos leitores, incentivando, assim, a leitura e, consequentemente, o consumo do produto.

Lage (2001, p. 20) conceitua a linguagem jornalística como "transnacional", porque existem técnicas básicas que permeiam os textos em diferentes idiomas e culturas. O autor argumenta que tanto em jornais russos como nos norte-americanos, franceses e brasileiros, observa-se "a ordenação dos fatos por sua importância, o uso da terceira pessoa, preferência por verbos no pretérito perfeito e a exclusão de adjetivos," entre outras normas. O emprego da terceira pessoa e a opção pelo uso de substantivos, não de adjetivos, permite a objetividade do texto e visa evitar que transpareça a subjetividade do redator na notícia.

Entretanto, Lima alerta:

> Para além disso, Tuchmann (1983) fala na "reconstrução" promovida pelo jornalista, pois segundo ela, as notícias não são sobre o mundo, mas sobre o que as pessoas dizem sobre o mundo. Sem concessões à participação das experiências alheias na elaboração – dita "social" – de uma esfera da realidade cada vez mais inexorável, a notícia cada vez menos "espelha" a realidade da vida cotidiana[...]. (2002, p. 8).

Desse modo, o gênero notícia apresenta algumas características que conceitualmente são divergentes. Buscaremos uma melhor compreensão dessas características em nossa análise.

2.5 A notícia jornalística em *Zero Hora*

Conhecer o perfil do jornal é uma informação importante para a construção dos sentidos possíveis dos textos apresentados. Existem vários tipos de jornal, que se diferenciam pela abrangência, pelos conceitos defendidos, pelo público-alvo (jornais de bairro, jornais de escola ou faculdade, de clubes ou associações, de partidos políticos etc.), cada qual com objetivos e funções que se manifestam na diversidade de gêneros que expõe. Conforme Marcuschi, "o jornal, diário e mesmo o jornal semanal, é nitidamente um suporte com muitos gêneros. Esses gêneros são, em boa medida, típicos e recebem, em função do suporte, algumas características em certos casos, tal como o da *notícia*". (2008, p. 179 -grifo do autor. No caso do jornal, a notícia sempre é um gênero que recebe maior destaque, pois a finalidade desse suporte é levar a informação com atualidade. Para Bonini, o jornal "[...] é um típico exemplar de suporte convencionado que eu tenho denominado de hiper-gênero, uma vez que é um gênero constituído por vários outros". (2006, p. 61).

O jornal *Zero Hora* é distribuído nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Fundado em 1964, possui atualmente 23 cadernos segmentados e cerca de sessenta colunistas. É uma publicação do Grupo RBS, empresa de comunicação multimídia fundada por Maurício Sirotsky Sobrinho, em 1957, em Porto Alegre, filiada à Rede Globo.

De acordo com as informações disponibilizadas em *site* próprio, a empresa prima pela responsabilidade e integridade na difusão dos conteúdos e pela estimulação do desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades onde atua. "Tais conceitos se refletem na linha editorial da RBS, que valoriza, entre outros, a busca da verdade, a independência, o pluralismo, a separação clara entre conteúdo editorial e comercial e a distinção entre opinião e informação." (GRUPO RBS 2007, p. 15). Todos esses critérios devem ser observados pelos jornalistas, que são reconhecidos publicamente por seu trabalho.

> A RBS não forja documentos para a realização de reportagem ou notícia. Eventualmente, os profissionais serão autorizados a recorrer a situações ou nomes fictícios, desde que o artifício se destine à comprovação de ato ilícito. Todos os integrantes das redações devem informar à fonte o nome e a condição de jornalista de veículo da RBS. (GRUPO RBS 2007, p. 23).

De acordo com o guia de ética, ao produzir a notícia o redator deve considerar que “a notícia deve abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição. Ao elaborar uma notícia, o jornalista da RBS deve ter como única motivação divulgar, com precisão e equilíbrio, um fato de interesse do público”. (GRUPO RBS 2007, p. 27). Isso pode ser observado nas notícias que serão expostas na análise, pois muitas vezes o discurso direto é introduzido no texto como forma de dar voz à opinião de uma testemunha ou vítima.

Nosso interesse, na próxima seção deste trabalho, é mostrar a realização da anáfora encapsuladora nas notícias veiculadas pelo jornal *Zero Hora*, observando também como esse gênero se apresenta.

3 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS

Neste capítulo apresentamos a metodologia de análise adotada para o estudo da ocorrência da anáfora encapsuladora no gênero notícia e as análises propriamente ditas. Para a realização da análise, retomamos os aspectos teóricos que embasam este trabalho, já apresentados nos capítulos 1 e 2. De forma especial, observamos a questão do caráter avaliativo de certas escolhas na constituição da anáfora esquemática e contribuições desse fenômeno na atividade de compreensão textual das notícias. Com esta análise, buscamos destacar a presença da anáfora encapsuladora no gênero notícia e observar de forma mais aprofundada a construção de sentidos desses textos, com base na relação mais evidente entre a teoria apresentada e a constituição da anáfora.

3.1 Metodologia

Para a realização desta pesquisa, selecionamos sete notícias publicadas na página policial do jornal *Zero Hora*. São textos escritos por diferentes jornalistas e que abordam diferentes temas. Para a constituição deste *corpus* de análise, procedemos à leitura diária das notícias da página policial durante os meses de janeiro a maio de 2009, observando a ocorrência da anáfora encapsuladora.

Adotamos um critério cronológico na medida em que selecionamos notícias veiculadas entre os meses de janeiro a maio de 2009, respeitando o roteiro cronológico da realização desta pesquisa. Optamos por trabalhar com a página policial de *Zero Hora*, a fim de delimitar uma seção do jornal que fosse marcada por temas comuns. Contudo, como principal critério para a seleção dos textos que constituem este *corpus* observamos a realização de anáforas encapsuladoras formadas por expressões nominais. Analisamos a construção de sentido permitida por elas e sua contribuição para a leitura de um texto do gênero notícia.

Para fins de análise, apresentamos os textos por meio de quadros, com destaque às anáforas encapsuladoras. Convém enfatizar que os conceitos estudados e discutidos nos outros dois capítulos serão utilizados como base para a análise.

A análise está organizada da seguinte forma:

a) apresentação do texto a ser analisado;

b) comentário sobre o texto, considerando seu tema e assunto;

c) identificação da anáfora encapsuladora e do termo encapsulado, considerando a teoria que embasa esta pesquisa;

d) construção do sentido da anáfora encapsuladora e o efeito de sentido que ela constrói no texto.

Observamos que após as análises faremos uma breve discussão sobre os resultados decorrentes, considerando as questões encontradas nos textos que constituem este *corpus*.

3.2 Análise

Análise do texto 1

	Ladrão de carro aos 11 anos
1	Aos 11 anos, um menino da zona sul da Capital foi surpreendido furtando
2	um veículo.
3	**O crime precoce**, cometido com outros dois adolescentes de 15 anos, foi
4	flagrado na madrugada de ontem pela Brigada Militar, quando o proprietário de
5	um automóvel estacionado na Rua do Santuário, no bairro Glória, notou que **o**
6	**grupo** já estava arrancando com o seu veículo.
7	**Os três** foram controlados por parentes da vítima até que a Brigada Militar
8	chegasse ao local. Os adolescentes foram apresentados ao Departamento da
9	Criança e do Adolescente (Deca) e entregues aos pais para responderem em
10	liberdade pelo furto de veículo. Já a criança acabou encaminhada ao Conselho
11	Tutelar e devolvida aos pais, que vão responder pela infração do menino.
12	Nenhum deles tinha antecedentes.
13	– É **um caso preocupante**. Se esse menino de 11 anos já não foi
14	corrompido para o crime, está sendo. E, pelas características, eles sabiam o que
15	estavam fazendo. Desta vez, foram descobertos, mas já poderiam estar atuando –
16	afirma o delegado Christian Nedel, titular da Delegacia para o Adolescente
17	Infrator (Dpai), do Deca.
18	**A ação** flagrada na Rua do Santuário, pouco depois de 0h, já era final de
19	uma noite movimentada dos meninos. Usando a chave mixa, eles haviam furtado
20	um Monza na Rua Professor Clemente Pinto, no bairro Medianeira, a três
21	quilômetros do local onde foram encontrados. O trio teria abandonado o Monza
22	porque bateu o veículo.
23	**Menino nega ter participado do assalto**
24	No local em que foram flagrados, acontecia uma festa de família, e os carros
25	estavam estacionados à beira da calçada. Eles escolheram um Santana, mas
26	foram vistos pelo proprietário. Não rodaram mais do que 500 metros até
27	estragarem o segundo carro e serem controlados pelas pessoas que estavam na
28	festa.
29	O menino de 11 anos, que está na 3ª série do Ensino Fundamental, nega que
30	tenha furtado.

31 32 33 34 35 36	– A gente só estava do lado do carro para ver o que tinha acontecido, aí nos pegaram – disse. Além da preocupação com o furto do seu carro, o proprietário do Santana, Laurdes José dos Santos, está preocupado com a punição: – Lá no Deca, entregaram eles para os pais e pronto, daqui a pouco eles estão na rua fazendo tudo de novo.

Fonte: TORRES, Eduardo. Ladrão de carro aos 11 anos**.** *Zero Hora*, 17 fev. 2009.

A notícia informa sobre um roubo de carro cometido por três meninos, um de 11 anos e dois de 15 anos de idade. Neste texto encontramos cinco anáforas encapsuladoras: **o crime precoce**, **o grupo**, **os três**, **um caso preocupante** e **a ação**.

A anáfora **o crime precoce** recupera a ideia do parágrafo anterior e o sumariza: **aos 11 anos, um menino da zona sul da Capital foi surpreendido furtando um veículo**. É possível observar que neste caso a escolha lexical se deve ao fato de o ladrão de carro ter apenas 11 anos, o que levou a que o jornalista optasse por **precoce** para definir o crime. Como já apontado por Conte (2003), dessa forma um novo objeto de discurso é criado a partir da informação velha e torna-se o referente de predicações posteriores. Assim, **o crime precoce,** além de resumir a informação do parágrafo anterior, dando-lhe uma característica axiológica, ainda serve como objeto de discurso sobre o qual recai a próxima informação veiculada, processo possível unicamente dentro da dinâmica do texto. Ainda de acordo com Conte (2003), a anáfora encapsuladora que tem um elemento avaliativo na expressão nominal pode ser uma forma de manipular o leitor, como em **o crime precoce,** que veicula a ideia de que o ato de furtar um carro cometido por uma criança não é uma atitude aceitável na sociedade em que vivemos, o que justifica a escolha desse sintagma nominal pelo produtor do texto, o qual coloca em destaque o fato de o crime ter sido cometido por uma criança.

As anáforas **o grupo** e **os três** fazem referência, de modo resumido, aos meninos envolvidos no crime, os quais são identificados nas passagens: "**Aos 11 anos, um menino da zona sul da Capital** foi surpreendido furtando um veículo" e "o crime precoce cometido com **outros dois adolescentes de 15 anos**". Nestes casos, as duas expressões anafóricas encapsuladoras apresentam valor neutro, funcionando apenas como recurso de sumarização de integração semântica. Mesmo de forma neutra, põem em foco os sujeitos do crime e ajudam a organizar a estrutura discursiva do texto, uma vez que, como objetos de discurso, essas anáforas passam a ser foco das próximas predicações. Conforme Koch (2004), na constituição da memória discursiva as estratégias de referenciação da construção/ativação, reconstrução/reativação e desfocalização/desativação são básicas, pois por meio delas é tecido

o texto. Dessa forma, os objetos de discurso como **o grupo** e **os três** podem ser modificados, ativados, desativados durante o processo de compreensão do texto.

No início do quarto parágrafo encontramos a anáfora **um caso preocupante,** que refere de forma mais ampla o crime cometido pelos meninos, principalmente por ter um deles apenas 11 anos. Sua realização linguística está ancorada em outros elementos precedentes, como **um menino da zona sul da Capital foi surpreendido furtando um veículo**, **notou que o grupo já estava arrancando com seu veículo** e todo o terceiro parágrafo. Assim , por meio dessa anáfora o autor rotula as ideias apresentadas anteriormente e avalia as suas proposições e as de outras fontes. É possível notar que essa anáfora, enquanto objeto de discurso, não preexiste à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos (APOTHELÓZ; REICHER-BÉGUELIN, 2003). Portanto, a construção de **um caso preocupante** permite nesse texto o processo de reconstrução do real.

A anáfora encapsuladora **a ação** rotula novamente o primeiro e segundo parágrafos do texto. Apesar de ser formada por uma expressão aparentemente de valor genérico, contribui para a organização textual e para colocar novamente em foco o fato do furto cometido pelos meninos. A seleção lexical de **a ação** remete à ideia de procedimento ilícito, que é construído no texto também por meio de outros elementos lingüísticos, como: **furto do veículo**/ **infração**/ **eles sabiam o que estavam fazendo**. Portanto, este sintagma tem valor argumentativo, e só nesse contexto constrói sentido de ação enquanto procedimento não aceitável e que causa surpresa em razão da idade dos meninos que cometeram o roubo.

Análise do texto 2

	12% dos presos estão em delegacias do país
1	Nada menos do que 53.125 brasileiros estão hoje trancafiados em
2	delegacias.
3	Fosse cumprida a lei, eles deveriam ficar em presídios. A diferença, mais do
4	que formal, é fundamental no que se refere a segurança, higiene e recuperação
5	de delinquentes.
6	Se os presídios brasileiros são covis decrépitos, o que dizer das celas
7	existentes nas delegacias? Nelas inexistem camas ou colchões, vasos sanitários,
8	cobertas ou sequer um banquinho, pequenos confortos garantidos nas
9	penitenciárias. Pois nestes locais, no xadrez das DPs, está trancada 12% da
10	população carcerária brasileira, **gente** com prisão decretada ou até sentença
11	condenatória.
12	O Rio Grande do Sul é um dos seis Estados que não têm presos cumprindo
13	pena ou mesmo prisão provisória em delegacias. O problema é que **a ameaça**
14	está de volta. Semana passada, por 48 horas, seis presos em Caxias do Sul e
15	Flores da Cunha permaneceram aprisionados nas precárias carceragens da
16	Polícia Civil, pela singela razão de que não existem vagas nos presídios da serra

17	gaúcha.
18	Por pressão dos próprios policiais, que não querem voltar a ser carcereiros,
19	o juiz da Vara de Execução Criminal (VEC) da capital gaúcha Sidinei Brzuska
20	permitiu que os detentos fossem transferidos para o Presídio Central de Porto
21	Alegre.
22	A manutenção de presos em delegacias fere pelo menos três artigos da Lei
23	de Execução Penal (LEP), que regula os estabelecimentos prisionais brasileiros.
24	Ela determina que os apenados cumpram pena ou prisão provisória em presídios,
25	que os detentos sejam alojados em celas individuais dotadas de lavatório e que
26	presos primários sejam separados dos reincidentes. Para quem conhece os
27	amontoados humanos que são as celas das DPs, onde não há sequer espaço para
28	todos deitarem no chão, a norma soa como piada. Mas não é, é um direito legal
29	do prisioneiro, sistematicamente desrespeitado.
30	O Paraná é o pior exemplo do Brasil nesse assunto. Dos 36,5 mil presos
31	naquele Estado, 13,3 mil estão em delegacias – mais de um terço. Detalhe: 3,5
32	mil são condenados e, legalmente, deveriam estar em penitenciárias. A média de
33	um preso em delegacia para cada três encarcerados se repete nos Estados de
34	Minas Gerais e Maranhão.

Fonte: TREZZI, Humberto.12% dos presos estão em delegacias do país. *Zero Hora*, 1mar. 2009.

A notícia assinada pelo jornalista Humberto Trezzi apresenta o fato de muitos presos estarem cumprindo pena nas celas das delegacias brasileiras. No texto identificamos a ocorrência de duas anáforas encapsuladoras formadas por sintagma nominal: **gente**, **a ameaça**. A primeira anáfora _ **gente** _ sumariza parte da oração anterior _ **12% da população carcerária brasileira** _ e, embora pareça ser uma expressão neutra, veicula certo valor positivo ao rotular delinquentes com um nome que evoca humanidade, que sugere que todos somos sujeitos às mesmas leis. Só pelo fato de a escolha ser determinada pela intenção comunicativa do produtor do texto, a subjetividade está presente, o que significa que a opção por um termo genérico também dá uma orientação ao interlocutor na construção de sentido para o texto.

A anáfora **a ameaça** está ancorada no segmento anterior **o Rio Grande do Sul é um dos seis Estados que não têm presos cumprindo pena ou mesmo prisão provisória em delegacias**. A construção de sentido para este sintagma não ocorre somente por meio dessa referência. Ela é auxiliada por outros elementos do trecho antecedente: **53.125 brasileiros estão hoje trancafiados em delegacias,/ nestes locais, no xadrez das DPs, está trancada 12% da população carcerária brasileira,** que contribuem para a compreensão de que **a ameaça** se refere ao retorno de uma prática antiga, a prisão provisória de brasileiros em delegacias. Pela relação de sentido entre esses elementos linguísticos e a própria expressão anafórica, trata-se de uma nominalização em que o núcleo da expressão nominal mostra uma

avaliação por parte do locutor, indicando como essa extensão do discurso precisa ser interpretada. De acordo com Conte (2003), nem sempre o antecedente anafórico é claramente delimitado no texto, mas, mesmo assim, pode ser identificado pelo leitor.

Além disso, **a ameaça** introduz um referente novo para o discurso, pois designa informações anteriores, prenunciando problemas que podem decorrer da ação de manter presos nas celas pouco apropriadas das delegacias. Conforme já demonstrado no primeiro capítulo desta pesquisa, Conte (2003) explica que os encapsulamentos anafóricos, quando manifestados por sintagmas nominais, são novos em razão de dois motivos: primeiro, porque, como itens lexicais e como referentes, ainda não ocorreram no cotexto; segundo, porque, muitas vezes, sob a base de uma informação dada é adicionado um valor axiológico. **A ameaça** é um exemplo disso, sendo um referente novo porque aparece pela primeira vez no texto e, ao mesmo tempo, avalia a informação já conhecida pelo leitor. Portanto, além de resumir, conota um traço avaliativo.

Essa anáfora introduz também um novo tópico discursivo, uma das funções que comumente a anáfora encapsuladora assume; funciona como um subtítulo que, simultaneamente, interpreta um trecho precedente e funciona como ponto de partida para um novo. É o que Francis (2003) demonstra sobre os rótulos retrospectivos, quando explica que introduzem mudança de tópico ou alteração dentro de um tópico, mas ainda preservam a continuidade apresentando uma informação nova dentro de um esquema dado. Essa remissão tem, portanto, caráter resumidor e argumentativo, pois a partir de **a ameaça** o produtor do texto parte para uma nova argumentação. Ainda segundo explica Koch, Morato e Bentes (2005a, p.46), as anáforas encapsuladoras funcionam como uma “espinha dorsal do texto”, traçada a partir dos objetos de discurso que possibilitam orientar o leitor para determinadas leituras do texto. Portanto, **gente** e **a ameaça** constituem-se nesse texto em objetos de discurso que colaboram para a construção do sentido.

Análise do texto 3

	Governo dará vantagens por prisões
1	O governo do Estado vai tentar de tudo para convencer municípios a aceitarem
2	presídios.
3	Promete inclusive recompensar aqueles que receberem os presos no seu território.
4	**A compensação** virá sob a forma de maior contingente de policiais civis e militares
5	ou com a construção de canchas poliesportivas e dinheiro para iluminação pública – duas

providências que costumam inibir o crime. Outra possibilidade é a construção de ginásios para lazer e escolas.

A determinação para que sejam feitas negociações “exaustivas” com prefeituras que hoje se opõem à construção de presídios em seus municípios partiu da governadora Yeda Crusius. Os contatos com prefeitos serão feitos pelos secretários estaduais José Alberto Wenzel (Casa Civil), Mateus Bandeira (Planejamento) e Edson Goularte (Segurança Pública).

A mais curiosa oferta – e, possivelmente, a mais tentadora – pode ser a de incentivos ficais. O governo estuda premiar com maior retorno de ICMS o município que aceitar as prisões.

- Isso depende de projeto de lei e será discutido na Câmara Setorial de Desenvolvimento Social – confirma o secretário Mateus Bandeira.

Entre os que ostensivamente se opõem à construção de penitenciárias nos limites geográficos de suas cidades estão os prefeitos Alex Boscaini (Viamão) e João Carlos Brum (Alvorada). O discurso de ambos é o mesmo: querem empresários, não presidiários.

O repúdio em Viamão foi tamanho que a Secretaria da Segurança Pública (SSP) desistiu de implantar prisões por lá. Em Alvorada, a resistência pode ser parecida.

- Não vamos admitir a instalação de um presídio ao lado de nosso distrito industrial, pois isso afetaria os investimentos privados. Queremos empresas – definiu Brum, em entrevista publicada ontem em ZH.

Caso se concretize, a Penitenciária de Alvorada abrigará 672 presos.

Estado fará de tudo para evitar ações judiciais

Outras cidades que podem ser beneficiadas pelo **balcão de negociações aberto do Palácio Piratini** são Passo Fundo , Bento Gonçalves, Lajeado, Guaíba, São Leopoldo, Arroio dos Ratos, Montenegro e Charqueadas. Todas elas devem ser contempladas com penitenciárias estaduais ou regionais, num total de 6.170 vagas.

O secretário Edson Goularte diz que tudo será feito para evitar disputas judiciais em torno dos presídios. Em Lajeado e Bento Gonçalves, as prefeituras entraram com processo na justiça para tentar barrar a construção de prisões, mas a SSP pretende continuar com os projetos para esses municípios.

Tudo isso se as verbas para o sistema penitenciário, negociadas com o governo federal, realmente chegarem.

Fonte: TREZZI, Humberto. Governo dará vantagens por prisões. *Zero Hora*, 2 abr. 2009.

A notícia aborda o fato de alguns prefeitos se oporem à construção de presídios em suas cidades e destaca que o governo gaúcho dará vantagens para os Municípios que aceitarem a instalação das prisões. Na constituição do texto, o jornalista emprega três anáforas encapsuladoras constituídas por expressões nominais: **a compensação**, **a mais curiosa oferta**, e **balcão de negociações aberto pelo Palácio Piratini.**

A primeira expressão nominal encapsuladora, **a compensação,** rotula o primeiro e segundo parágrafos do texto **_ O governo do Estado vai tentar de tudo para convencer municípios a aceitarem presídios./Promete inclusive recompensar aqueles que receberem os presos no seu território./ _**, recuperando de forma sintética a ideia de recompensa oferecida pelo governo aos Municípios que aceitarem os presos, ou a instalação dos presídios em seu território. Encontramos ainda no início do texto outros elementos que ajudam a construir a ideia que possibilita a seleção de **a compensação** como **vantagens,** expressa no título. A expressão nominal formada por determinante mais núcleo nominal constitui um novo referente discursivo a partir das informações já postas e torna-se objeto de discurso de novos atributos. O nome núcleo expressa valor genérico, uma vez que mantém relação semântica com a ideia de recompensa exposta no período anterior. Dizemos nome genérico, contudo consideramos que não é totalmente neutro, uma vez que carrega um traço semântico favorável, pois, por meio da seleção de **a compensação,** é possível verificar que a construção de canchas poliesportivas e a liberação de dinheiro para iluminação pública são rotulados como prêmios para os Municípios que aceitarem a instalação dos presídios, ao passo que em outra situação textual poderiam ser vistos como deveres primários de um sistema governamental.

Portanto, a escolha de **a compensação** veicula a concepção e o ponto de vista de um sujeito social, cultural, psicofísico, que atua linguisticamente em relação a um fato que acontece na organização estrutural e social de seu meio. Isso ocorre porque, a exemplo do que postula Koch (2003, p.81), o processamento desse discurso "é estratégico, isto é, implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece". Portanto, **a compensação** é uma escolha do jornalista que leva o leitor a encontrar na memória discursiva algum tipo de informação que o ajude a construir o sentido esperado para essa anáfora nesse discurso.

Já a anáfora encapsuladora **a mais curiosa oferta** conota uma ponderação do jornalista que atribui valor axiológico à expressão. A escolha de **oferta** como núcleo do

sintagma nominal é determinada pelas expressões **tentar de tudo**, **recompensar**, **a compensação**, **outra possibilidade** (de compensação) e **negociações exaustivas**. Essa anáfora só é possível nesse texto, como objeto de discurso que se constrói fazendo referência a elementos anteriormente apresentados, em virtude de construção de um determinado significado alcançado a partir da verificação e funcionamento das ideias no texto e formalizados por meio de atributos que lhe foram dados por uma predicação. (APOTHELÓZ, 2003, p. 57). Isso porque a seleção e a organização das estratégias linguisticas utilizadas para a redação desta notícia são o resultado de um trabalho sociocognitivo com a linguagem que almeja propósitos comunicativos específicos. Por isso, justifica-se a escolha de **a mais curiosa** como determinante de **oferta** dentro do sintagma nominal, fundamentando a avaliação do redator da notícia para o segmento que sumariza, pois a oferta só é curiosa quando é contraposta a informação da alta taxa de impostos paga pelos cidadãos e órgãos públicos e privados à forte fiscalização do governo sobre ela. Portanto, premiar com retorno de ICMS o Município que aceitar as prisões passa a ser uma oferta curiosa.

Em **balcão de negociações aberto pelo Palácio Piratini** só é possível seu funcionamento como anáfora encapsuladora neste texto, porque sua caracterização assume peculiaridades dos outros elementos que ajudam a construí-la como anáfora. Desses podemos citar: **de tudo**, **recompensar**, **a compensação**, **outra possibilidade**, **negociações exaustivas, premiar** e **a mais curiosa oferta**. Apothelóz (2003) argumenta que não se pode delimitar a noção de antecedente apenas pela sua relação semântica com a forma retomada. Há outras dimensões envolvidas nessa questão, como a pragmático-discursiva, por exemplo. O leitor assimila o sentido dessas várias âncoras textuais que ficam retidas na sua memória discursiva e, por isso, será capaz de recuperar o conteúdo expresso anteriormente pela ativação da anáfora **balcão de negociações aberto pelo Palácio Piratini.** Podemos observar que a construção dessa expressão como objeto de discurso só é possível porque no desenrolar do texto estão expressas ideias e pistas que possibilitam compreender a significação dessa anáfora.

É esse processo de avançar e recuar dentre as ideias dadas e novas do texto que permite os processos de referenciação e de progressão textual. Conforme apontado por Bakhtin (2000), os gêneros textuais constituem-se como enunciados que apresentam uma configuração relativamente estável, devendo contemplar em sua estrutura e funcionamento uma situação comunicativa. Nessa notícia observamos que fica clara a situação comunicativa em que o autor mostra aos leitores as ações realizadas pelo governo para que determinados municípios gaúchos aceitem a construção dos presídios. Considerando essa situação

comunicativa, o texto foi estruturado em forma de notícia para atender aos propósitos dessa enunciação, em que o narrador informa os fatos, os lugares, as pessoas responsáveis ou envolvidas e o tempo dos acontecimentos, dados fundamentais para que a intenção comunicativa seja concretizada.

Ainda é possível entender que, apesar de alguns autores conceituarem a notícia como gênero objetivo, fica clara a presença da visão social, cultural, cognitiva e, também, individual do jornalista, que como sujeito psicossocial participa ativamente dos fatos e, consciente ou inconscientemente, expressa-os de forma crítica e axiológica, conforme argumentado por Traquina (apud LIMA, 2002). Portanto, nessa notícia não se tem uma apresentação pura, neutra e real (vericondicional) dos fatos, mas, sim, uma recriação do mundo a partir do trabalho linguístico-discursivo do jornalista.

Análise do texto 4

	Corte federal ameaça os novos presídios
1	O corte de R$ 1,2 bilhão no orçamento do Ministério da Justiça para 2009,
2	determinado pelo presidente Lula como forma de enfrentar a crise econômica mundial,
3	atinge em cheio a meta de construir presídios no Rio Grande do Sul.
4	Já existe até uma ideia de quais estão ameaçados. Seriam a Penitenciária para Jovens
5	e Adultos em São Leopoldo, que deve abrigar 421 detentos, e a Penitenciária Estadual
6	Feminina, prevista para ser construída em Guaíba e que deve conter 256 mulheres.
7	- Vamos nos reunir com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e explicar que
8	esses projetos são de extrema importância para o Rio Grande do Sul – diz o secretário-
9	executivo do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), o gaúcho
10	Ronaldo Teixeira.
11	**A preocupação** tem fundamento. O Estado carece de 11 mil vagas em prisões e,
12	recentemente, o Presídio Central de Porto Alegre foi apontado por deputados federais
13	como o pior do Brasil.

Fonte: TREZZI, Humberto. Corte federal ameaça os novos presídios. *Zero Hora*, 2 abr. 2009.

O texto apresenta informações sobre o corte de verbas do orçamento do Ministério da Justiça, que ocorreu em razão das medidas tomadas para amenizar a crise mundial, o que poderia justificar a não construção de alguns presídios no estado do Rio Grande do Sul. Essa notícia apresenta uma anáfora encapsuladora _ **a preocupação**, a qual remete ao cotexto,

identificado especialmente pela não concretização da construção dos presídios em virtude de falta de verbas. Essa informação se opõe à realidade de superlotação das prisões e permite, então, uma orientação argumentativa marcada linguisticamente pela seleção de **a preocupação**. Seu uso permite depreender um panorama futuro: caso nada seja feito, a situação dos presídios vai continuar a mesma, o que torna possível a realização de **a preocupação** como elemento que sumariza o contexto e, ao mesmo tempo, expressa o ponto de vista de seu autor, uma vez que somos todos cidadãos gaúchos e podemos sofrer os problemas ocasionados pela falta de vagas para os infratores da lei.

Além de funcionar como rótulo, essa anáfora também se constitui como objeto de discurso que colabora para a progressão textual, instituindo-se como elemento organizador para o leitor, que precisa dispensar uma atenção maior para acompanhar e identificar a mudança de referentes e, então, construir um sentido para o texto. A notícia, como gênero, visa veicular informações atuais que sejam de interesse dos leitores, como ocorre nesse caso. Porém, essa veiculação de informações é marcada pelo jornalista e também pelo leitor enquanto cidadãos históricos e atuantes socialmente. Por isso, a seleção de **a preocupação** propaga uma concepção do sujeito que é compartilhada pelo leitor, que a compreende por ser uma pessoa atuante e membro de uma sociedade.

Análise do texto 5

	Assaltantes inovam em roubo a banco na capital
1	Em vez de armas, dois assaltantes usaram uma ordem de prestação de
2	serviço, uniformes e crachás em nome de uma empresa de telecomunicações
3	para driblar os vigias e a gerência de um banco da Capital.
4	Após entrar no Banrisul da Avenida dos Estados, na Zona Norte, a dupla
5	rendeu os três seguranças e franqueou a passagem de dois comparsas, ao meio-
6	dia de ontem.
7	**O ataque** começou, porém, horas antes de os bandidos sacar suas armas e
8	render funcionários e cerca de 15 clientes. Às 9h30min, as linhas telefônicas do
9	banco foram desligadas em um terminal de rua localizado a 200 metros da
10	agência. Um funcionário do banco foi incumbido pela gerência de solicitar, pelo
11	seu celular, o reparo à operadora Brasil Telecom. Apesar do pedido de urgência,
12	os assaltantes chegaram à agência antes dos técnicos da ETE, empresa
13	terceirizada.
14	Ao chegar à área de autoatendimento, os dois assaltantes disfarçados
15	entregaram a um dos vigias uma ordem de serviço com a solicitação de reparo
16	das linhas. **O documento** foi levado a um dos gerentes, que liberou a entrada
17	dos falsos técnicos. Ao passar pela porta-giratória, a dupla sacou pistolas e
18	rendeu os três vigias. Na sequência, outros dois bandidos, um deles com uma
19	arma longa (uma espingarda ou fuzil), entraram na agência onde permaneceram
20	por 20 minutos, tempo suficiente para esvaziar os caixas e esperar a abertura do
21	cofre – a quantia levada não foi revelada pelo Banrisul.

22	Para fugir, os bandidos roubaram o Vectra de um dos clientes. Na saída,
23	foram surpreendidos por PMs à paisana que passavam pelo local. Os assaltantes
24	atiraram contra os policiais, mas ninguém se feriu. O carro roubado foi
25	abandonado, minutos depois, na rodovia Porto Alegre-Osório (freeway) próximo
26	ao pedágio de Gravataí.
27	– Apesar de ser **um ataque incomum**, houve falha nos procedimentos de
28	segurança do banco – avalia o delegado Heliomar Franco, temporariamente na
29	Delegacia de Roubos.
30	Policiais civis, militares e rodoviários federais fizeram buscas na região. Às
31	16h30min, uma guarnição da Polícia Rodoviária Federal (PRF) abordou dois
32	homens em uma motocicleta no acostamento da freeway – próximo do local
33	onde o Vectra fora abandonado. Os policiais descobriram que um deles tinha
34	antecedentes por roubo a banco. O outro acabou sendo reconhecido
35	informalmente, minutos depois, como um dos homens que atacou o Banrisul. A
36	dupla foi encaminhada à Delegacia de Roubos, onde prestou depoimento durante
37	a noite.
38	Segundo a PRF, naquele ponto da rodovia um motorista havia visto, horas
39	antes – e avisado a polícia -, passageiros de um Vectra jogando objetos para fora
40	do veículo.
41	– Fizemos buscas no local, mas não encontramos armas ou dinheiro – conta
42	o chefe de investigações da Delegacia de Roubos, Edison Ferreira.
43	O departamento jurídico da ETE no Rio Grande do Sul foi procurado por
44	Zero Hora, mas não se manifestou sobre o suposto uso de crachás e uniformes
45	da empresa por parte dos criminosos. A polícia não conseguiu confirmar se os
46	acessórios eram verdadeiros ou foram falsificados.

Fonte: AMORIM, Francisco. Assaltantes inovam em roubo a banco na capital. *Zero Hora*, 23 abr. 2009.

Esta notícia salienta que assaltantes disfarçados de técnicos de telecomunicações conseguem entrar facilmente num banco da capital, do qual furtam o dinheiro dos caixas e do cofre. Na constituição do texto, encontramos três anáforas encapsuladoras: **O ataque**, **o documento** e **um ataque incomum.** A expressão nominal **o ataque** retoma as informações apresentadas no primeiro e segundo parágrafos do texto, resumindo-as por meio de um sintagma nominal cujo núcleo apresenta valor axiológico. As ações de entrar disfarçados no banco, render os vigias e possibilitar a entrada de dois comparsas são rotuladas de **o ataque**, anáfora que leva o leitor a criar uma imagem de guerra cotidiana motivada pelos problemas econômicos e pela falta de respeito à vida do semelhante, uma vez que atacar algo ou alguém significa transgredir todas as limitações impostas social e humanamente.

Segundo já demonstrado nesta pesquisa quando citamos Conte (2003, p. 179), essa anáfora comporta as propriedades de referente de "entidade de ordem superior", como eventos, condições, ações etc., além de o fato de seu antecedente ter de ser construído/reconstruído no texto pelo leitor. Enquanto entidade de ordem superior, nome geral, essa anáfora revela uma proposição, ou seja, a partir da leitura de **o ataque,** o leitor

constrói o sentido de uma proposta que leva a crer que os bandidos cada vez mais usam de estratégias perspicazes para atingir seus propósitos e que os meios de segurança apresentam dificuldades para evitar a violência, referida, neste texto, pelo jornalista como **o ataque**. Além de apresentar esse traço conotativo, essa anáfora encapsuladora, situada no início do terceiro parágrafo, também colabora para a coesão e progressão do texto, constituindo um "nódulo", (...), que resume informações anteriores e se torna o foco de novas predicações.

Já a segunda ocorrência de anáfora encapsuladora, representada pelo sintagma nominal **o documento,** está ancorada linguisticamente no antecedente **uma ordem de serviço com a solicitação de reparo das linhas**. A ordem de serviço é rotulada como documento, uma vez que o vigia, com o aval do gerente, aceita como verdadeira a ordem de solicitação de reparo das linhas telefônicas. Atribuir o valor de verdadeira e de ferramenta organizacional de uma empresa à ordem de serviço possibilita ao jornalista nomeá-la como **o documento**, predicação possível dentro do contexto desse discurso. Dessa forma, identificar e compreender a anáfora encapsuladora axiológica pressupõe agir sobre o texto, construir um significado crítico e desvendar inferências.

A terceira ocorrência de anáfora encapsuladora **_ um ataque incomum _** está ancorada em vários elementos linguísticos antecedentes, como: **assaltantes inovam em roubo a banco na capital**; **em vez de armas, dois assaltantes usaram uma ordem de prestação de serviço, uniformes e crachás em nome de uma empresa de telecomunicações para driblar os vigias e a gerência de um banco da Capital**; **o ataque**; **os dois assaltantes disfarçados entregaram a um dos vigias uma ordem de serviço com a solicitação de reparo das linhas.** Além disso, rotula informações não explícitas, mas que são inferíveis no texto, como a ideia de existirem vários ataques, dos quais este é considerado incomum, o que possibilita ao jornalista e ao leitor construírem um sentido para esta notícia, considerando que os cidadãos precisam estar atentos, uma vez que os bandidos estão usando estratégias sagazes para concretizar seus objetivos. Assim, entendemos que as informações textuais muitas vezes não são explícitas, não trazem na sua superfície tudo que é necessário para a construção da compreensão. "Os sentidos constituem-se simultaneamente dentro e fora das mentes." (MUSSALIM; BENTES, 2004, p. 297).

Análise do texto 6

	Ações da BM têm novo formato
1	A Brigada Militar alterou o modelo de repressão ao crime por meio de
2	operações de rua.
3	**A nova estratégia** prevê ações semanais com comando descentralizado e

4	com mais eficiência.
5	Na quinta-feira, em uma ofensiva coordenada pelo Comando-geral, 2,6 mil
6	homens saíram às ruas do Estado. E o Comando de Policiamento da Capital
7	realizou a maior ação do ano com 600 policiais atuando em barreiras e
8	fiscalizações, com ênfase para o combate a desmanches, receptação, furto e
9	roubo de veículo.
10	– Temos quatro operações mensais, uma por semana. A primeira sob as
11	ordem do capitão da companhia, outra será realizada pelo tenente-coronel que
12	manda no batalhão da cidade, depois virá uma regional, com a supervisão de um
13	coronel e, por fim, a centralizada pelo quartel-general – explicou o comandante-
14	geral da BM, coronel João Carlos Trindade.
15	A medida busca valorizar as ações de cada estrutura, motivando os PMs a
16	terem iniciativas e não apenas cumprir determinações superiores.
17	Batizada de Esforço Concentrado, **a última ofensiva** organizada pelo
18	Comando-geral na quinta-feira se estendeu por 413 cidades, onde os serviços
19	administrativos nos quartéis foram suspensos para reforçar as patrulhas.

Fonte: AÇÕES da BM têm novo formato**.** *Zero Hora*, 9 maio 2009.

A notícia destaca que a Brigada Militar busca a repressão do crime por meio de um novo modelo de ação, as operações de rua. No texto encontramos duas anáforas encapsuladoras formadas por sintagma nominal: **a nova estratégia** e **a última ofensiva**.

A nova estratégia remete à ideia do parágrafo anterior: **a Brigada Militar alterou o modelo de repressão ao crime por meio de operações de rua**. Além de ser uma forma resumitiva da informação apresentada anteriormente, é uma expressão nominal formada por meio de um adjetivo determinante que introduz uma informação nova ao leitor, ou seja, informa que a Brigada Militar adotou uma nova ação, as operações de rua, como forma de reprimir crimes. A expressão nominal resume todas essas informações, recategorizando-as, já que um novo objeto de discurso **_ a nova estratégia _** é criado.

No último parágrafo do texto, **a última ofensiva** constitui uma anáfora encapsuladora, formada por sintagma nominal que rotula uma informação apresentada no terceiro parágrafo: **na quinta feira, em uma ofensiva coordenada pelo Comando-geral, 2,6 homens saíram às ruas do Estado.** Essa anáfora faz com que o leitor retome a informação apresentada no terceiro parágrafo, a qual deve construir o sentido de que esta é a última ofensiva em termos cronológicos, ou seja, a última realizada em relação ao dia em que foi escrito o texto, não a última de uma série que teve fim.

Conforme demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho, Marcuschi (2003) explica que os objetos de discurso fazem referência a fenômenos construídos de modo social, cultural e interativo, não a fenômenos da realidade vericondicional. Portanto, **a nova estratégia** e **a última ofensiva** constituem objetos de discurso que permitem ao leitor o acesso ao mundo

recriado discursivamente por sujeitos sociais, o que permite a construção do sentido dos textos a partir da compreensão das estratégias discursivas. Koch e Cunha-Lima (2004) justificam a necessidade de a linguística textual refletir sobre esses fenômenos que envolvem a memória, a atenção e os processos cognitivos para poder explicar os fenômenos encontrados na análise de textos, porque estabelecer o sentido é agir sobre o discurso, compreender as relações presentes no texto, interagir por meio da linguagem e do conhecimento. Desse modo, várias podem ser as anáforas que contribuem para a organização da informação e do sentido num texto.

Análise do texto 7

	Casa escondia metralhadoras
1	Os policiais que participaram ontem de uma operação de combate ao tráfico
2	de drogas em Porto Alegre se surpreenderam com o armamento encontrado no
3	interior de um casebre na Vila Nazareth.
4	**No local** estavam escondidas três metralhadoras.
5	Preocupado com o poder de fogo dos três criminosos presos na ação, o
6	Comando de Policiamento da Capital (CPC) quer agora investigar a origem das
7	armas.
8	– É incomum apreender metralhadoras em vilas de Porto Alegre. A ação na
9	Nazareth revela que o tráfico está começando a investir em armas mais letais.
10	Temos de chegar rápido à origem desse armamento, antes que se dissemine –
11	afirmou ontem o comandante do CPC, coronel Jones Calixtrato Barreto dos
12	Santos.
13	**Na operação** desencadeada pela Brigada Militar (BM), na manhã de ontem,
14	foram recolhidas duas metralhadoras MT-12 nove milímetros e outra calibre 45.
15	As duas primeiras eram do Exército brasileiro e estavam com numeração e o
16	brasão das Forças Armadas raspados. A outra seria das forças armadas
17	argentinas. Os PMs apreenderam ainda uma pistola nove milímetros, uma
18	espingarda calibre 12 e munições de diversos calibres. Também foram
19	encontradas oito toucas tipo ninja, radiocomunicadores e duas fardas completas
20	do Exército. **O armamento** estava dentro de canos de PVC no terreno do
21	casebre na Rua E.
22	A polícia suspeita que as metralhadoras tenham sido roubadas no início do
23	ano de um centro de tiro do Exército em São Paulo.
24	Para descobrir como as metralhadoras chegaram até uma vila de Porto
25	Alegre, a BM terá de rastrear primeiro a origem da pistola, única arma que não
26	teve a numeração raspada.
27	– Acreditamos que as armas encontradas na vila possam ter em comum o
28	fornecedor – explica Jones.
29	**No local**, além dos três homens autuados por porte ilegal de armas, estavam
30	quatro adolescentes, com idades entre 14 e 16 anos, que foram levados ao
31	Departamento Estadual da Criança e do Adolescente.
32	Satisfeito com o resultado da operação, o coronel acredita que um tiroteio
33	entre PMs e bandidos foi evitado graças à rapidez com que o local foi cercado.
34	– Eles tinham armas pesadas e munição para resistir. Quando fomos até o

35 36	local, não tínhamos ainda ideia do que encontraríamos, por isso, reunimos cerca de 40 PMs para a ação – revelou o coronel.

Fonte: CASA escondia metralhadoras. *Zero Hora*, 22 maio 2009.

A notícia trata sobre a apreensão de armas em uma vila de Porto Alegre, com destaque para o fato de as armas encontradas terem origem de armamento de guerra. Neste texto, reconhecemos a presença de quatro anáforas encapsuladoras: **no local**, **na operação**, **o armamento** e **no local**.

O emprego de dois sintagmas nominais iguais permite observar que o referente que rotulam não é exatamente o mesmo, o que comprova que a língua só faz sentido se considerada dentro de uma situação sociocomunicativa. Essa anáfora conduz o leitor a determinada compreensão daquilo que é informado, levando a que reconstrua o referente e identifique que a primeira ocorrência da anáfora **no local** é diferente da segunda ocorrência do mesmo sintagma nominal. A primeira ocorrência aparece na parte nominada *lead* da notícia, o que lhe confere valor essencial na compreensão do texto e resume a informação **no interior de um casebre na Vila Nazareth**. Por sua vez, a segunda ocorrência se constrói por meio de **uma vila de Porto Alegre** e **na vila.** Dessa forma, o leitor precisa estar atento para a construção do sentido do texto orientado por essas anáforas, pois a sinformações que rotulam são diversas: uma, a primeira ocorrência, veicula um sentido mais completo e mais determinado para **no local**; a segunda apresenta sentido mais genérico, mas também pode ser lida já com a informação oferecida pela primeira ocorrência. Nesse texto, o significado de **no local** ainda adquire valor diverso do que pode assumir em outras situações comunicativas.

Já o sintagma **na operação** constitui uma anáfora encapsuladora que resume **os policiais que participaram ontem de uma operação de combate ao tráfico de drogas em Porto Alegre se surpreenderam com o armamento encontrado no interior de um casebre na Vila Nazareth**. A escolha da expressão nominal **na operação** está ancorada na ideia de ação, intervenção, trabalho, que visa obter determinado resultado, numa orientação argumentativa marcada pela subjetividade do produtor do texto, que selecionou **operação** como núcleo do sintagma nominal. Como defende Mondada (apud KOCH, 2005b), o objeto de discurso se completa no e pelo discurso, característica que lhe imprime certa interpretação, que só é possível dentro da materialidade de determinado texto. Neste caso, **na operação** evidencia isso. Segundo Marchuschi (2003, p. 14), a anáfora coloca o indivíduo num "andador", tirando-lhe a liberdade de criar e obrigando-o a circunstanciar-se ao que vinha em andamento, pelo fato de exigir a recuperação de uma informação anterior que é limitada na operação discursiva.

O armamento rotula o trecho antecedente: **uma pistola nove milímetros; uma espingarda calibre 12 e munições de diversos calibres. Oito toucas tipo ninja e duas fardas completas do Exército**." É interessante observar que neste texto "toucas e fardas" ganham o *status* de armamento, uma vez que são rotuladas pela anáfora encapsuladora **o armamento**. Mesmo assim, a escolha lexical de **o armamento** é possível visto que todos esses elementos são usados na manutenção de crimes. Como vimos, por meio do trabalho com os referentes cria-se uma rede complexa de relações e significados que colaboram para a progressão textual. Conforme Marcuschi (2001), esse processo contribui para a progressão e coerência do texto.

3.4 Discussão das análises

Neste estudo realizamos uma pesquisa qualitativa sobre o funcionamento da anáfora encapsuladora, pelo exame de notícias jornalísticas. Nossa análise evidencia que em todos os casos analisados a anáfora encapsuladora manteve sua característica básica: sintetizar um segmento do texto. Isso nos permitiu reconhecer no *corpus* analisado, embora não seja novidade na literatura que trata do assunto, algumas funções da anáfora encapsuladora: a organização de informações; a própria organização estrutural do texto, ao sintetizar informações de um trecho precedente e, ao mesmo tempo, dar início a um novo parágrafo; a constituição de novos objetos de discurso e, principalmente, a orientação argumentativa construída por meio de expressões nominais axiológicas.

Nas observações, caracterizamos a rotulação como uma estratégia argumentativa responsável pela construção do sentido do texto a partir da orientação avaliativa expressa pela anáfora formada por um sintagma nominal. Nesse processo se destaca a capacidade avaliativa das expressões nominais, uma vez que os nomes núcleo, embora não signifiquem por si só, estabelecem relações mais explícitas de sentido com os demais elementos linguísticos. O produtor do texto tem um projeto de dizer; assim, oferece ao leitor pistas que melhor encaminhem sentidos possíveis para a mensagem veiculada. Por essa razão, as escolhas lexicais não são aleatórias, mas prendem-se a um propósito comunicativo. Já destacamos que a lingua é um trabalho resultante de um processo que envolve atividades humanas, sócio-históricas, culturais e cognitivas que assinalam posicionamentos discursivos. Como observamos na análise das notícias, a cooperação entre autor, texto e leitor produz

sentidos que descortinam pontos de vista e, consequentemente, traçam uma orientação argumentativa para o texto.

Observamos que a anáfora encapsuladora contribui para a leitura dos textos na medida em que resume segmentos precedentes e/ou avalia o conteúdo desses segmentos. Nesse processo se identifica a progressão textual, uma estrutura da rede de informações que o leitor segue e, a partir dela, constrói os sentidos possíveis para o texto, pois a anáfora encapsuladora organiza as informações e o próprio texto.

Neste trabalho consideramos o texto como "lugar de interação de sujeitos sociais" (KOCH; ELIAS, 2006), em que esses sujeitos, por meio de suas ações linguísticas e sociocognitivas, constroem objetos de discurso e propostas de sentido ao realizarem escolhas entre as múltiplas formas de organização textual e possibilidades de seleção lexical que a língua propicia. Visualizamos que os textos se apresentam em determinado gênero, de modo a satisfazer às necessidades organizacionais e comunicativas desse texto. Por isso, não é possível conceituar a notícia como um gênero que prima por características objetivas e impessoais, uma vez que a argumentação valorativa perpassa todas as notícias apresentadas na análise.

Além disso, as notícias analisadas apresentam-se de modo a possibilitar a interação de sujeitos sociais, na qual

> [...] o leitor é, necessariamente, levado a mobilizar uma série de estratégias tanto de ordem lingüística como de ordem cognitivo-discursiva, com o fim de levantar hipóteses, validar ou não as hipóteses formuladas, preencher as lacunas que o texto apresenta, enfim, participar de forma ativa, da construção do sentido. (KOCH; ELIAS, 2006, introd.).

Dessa forma, nas análises realizadas foi possível observar que o leitor, com o uso de várias estratégias e considerando as pistas que o texto oferece, interage com o texto e constrói sentido, mesmo que esse sentido deva ser compatível com a proposta apresentada pelo seu autor. Assim, conforme Solé (2003), "desse leitor espera-se que se processe, critique, contradiga ou avalie a informação que tem diante de si, que a desfrute ou a rechace, que dê sentido e significado ao que lê". (apud KOCH, ELIAS, 2006, p. 13).

Como vimos, o sentido do texto muitas vezes não é colocado explicitamente, mas construído pelo leitor, que durante o processo de leitura deve assumir uma postura "responsiva ativa", ou seja, ele pode concordar ou não com o que lê, completar e adaptar as

ideias do autor, enfim, “a compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhado de uma atitude responsiva ativa [...]”. (BAKHTIN, 2000, p. 290). Assim, temos um leitor ativo, que participa, adere, executa, compreende e constrói significados.

A concepção de leitura depende da concepção de sujeito, de língua e de texto que se adote. Considerando-as nesta pesquisa, entendemos que

> [...] *o sentido* de um texto é *construído na interação texto-sujeitos* e não algo que preexista a essa interação. *A leitura* é, pois, uma *atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos*, que se realiza evidentemente com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requerer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (KOCH; ELIAS, 2006, p. 11, _ grifo das autoras).

Diante do exposto, entendemos que os estudos proporcionados pela linguística textual, principalmente os atuais, no que diz respeito à referenciação, permitem desvendar processos e responder a indagações nos processos de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa, uma vez que pode ser definida como “o estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso”. (MARCUSCHI, 2008,p. 73).

Essa perspectiva de compreensão da língua e da linguística textual ratifica também a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, que destacam:

> A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível a proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto as suposições feitas. (1998, p. 69-70).

Nesse contexto, com base nas análises, entendemos que a anáfora encapsuladora é um elemento que permite tornar mais significativo o estudo do texto, ampliando horizontes de compreensão. Além disso, colabora para a apropriação de conhecimentos que permitem qualificar a prática docente e tornar mais prazeroso o estudo da língua, uma vez que se torna,

pelo viés da referenciação, mais atraente e necessário. O entendimento do funcionamento de uma anáfora encapsuladora no texto deixou de ser apenas o reconhecimento da substituição de uma expressão por outra, passando a ser a construção de sentidos a partir de diferentes e diversos objetos de discurso que se instituem na materialidade do texto, provocando efeitos de sentido e a construção de novos discursos. Toda anáfora possui um termo âncora em que se apoia para projetar-se a novos sentidos, o qual deve ser localizado e reconhecido na materialidade textual como fundante na construção dos efeitos de sentido de tais expressões no texto.

Constatamos que, com o reconhecimento das anáforas encapsuladoras, bem como do sentido que a partir delas é construído no texto, podemos perceber que direção - acerca da construção do sentido - devemos tomar ao ler o texto. Esse mecanismo da anáfora organiza a informação contida no texto e, sobretudo, faz com que a progressão lexical e temática ocorra no decorrer do texto. Destacamos ainda que a anáfora organizada por expressão nominal torna-se inquestionavelmente mais avaliativa do que qualquer outra, o que evidencia uma posição axiológica de quem escreve. Ensinar a reconhecer essa posição em situação de sala de aula é, também, ensinar a ler. Se nossos estudantes aprenderem a ler textos de diferentes gêneros, observando fenômenos como, por exemplo, o da anáfora encapsuladora, provavelmente irão entender como um texto se organiza em sua estrutura material e como os sentidos – a partir daí – são construídos. Assim, poderão usar o aprendizado do ato de ler para o ato de escrever. Isso concretizaria a função da escola: ensinar a ler e a escrever para que os sujeitos tenham pleno exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, ao destacar as considerações educacionais da pesquisa desenvolvida, concluímos que muitas das questões iniciais foram esclarecidas. Nosso principal objetivo foi analisar a construção do sentido de um texto determinada pela anáfora encapsuladora constituída por expressão nominal.

Para tanto, teorizamos o processo de referenciação, ressaltando conceitos essenciais para realizar um trabalho significativo de compreensão de textos. Com base em autores conceituados, destacando principalmente os estudos de Ingedore Villaça Koch, Luiz Antônio Marcuschi, Denis Apothéloz e Mônica Magalhães Cavalcante, Maria-Elisabeth Conte, Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes, apresentamos as ideias que podem contribuir de forma marcante para o trabalho de compreensão textual. Destacamos o funcionamento da anáfora encapsuladora como um recurso que expressa a argumentatividade do texto e determina a construção de sentidos. Mostramos que escolha do sintagma nominal sumarizador acentua uma perspectiva de apreensão do real, a qual encaminha à construção discursiva dos referentes, isto é, como os objetos de discurso são criados e recriados no texto em particular. Por meio do mecanismo de rotulação linguística, verificamos como o autor do texto veicula determinadas ideias e os efeitos de sentido esperados.

Com base em Bakhtin (2000), apontamos o trabalho com os gêneros textuais como uma forma de renovar o olhar sobre o texto, uma vez que consideramos que mostram o funcionamento da sociedade, as relações que aí se estabelecem. Então, os textos deixam de ser simples elementos materiais, simples objetos de atividades linguísticas, e passam a ser encarados como elementos que revelam e organizam, por meio de palavras, a sociedade na qual interagimos. Assim, nosso estudo, dentro de uma concepção social do fenômeno referencial, de acordo com a qual os sujeitos constroem por meio de práticas discursivas e cognitivas, social e culturalmente partilhadas as versões públicas do mundo, considera os gêneros textuais como expressão dessas versões públicas.

Com a análise das sete notícias do jornal *Zero Hora* buscamos relacionar a teoria e a prática, e acreditamos ter encontrado respostas às indagações que motivaram a realização desta pesquisa. Entendemos que as referências só podem ser elaboradas no texto e só aí podem ser compreendidas enquanto objetos de discurso que colaboram para sua compreensão. Confirmamos que o estudo da anáfora encapsuladora ajuda a compreender o funcionamento

da língua e a organização do texto. Também, mostramos que a ocorrência da anáfora encapsuladora nas notícias jornalísticas pode ser considerada um recurso argumentativo e até de manipulação do leitor. Sobretudo, por meio das análises mostramos que o sentido do texto é construído de forma interativa e mediante certos pontos de vista, os quais expressam concepções de sujeitos ativos que apresentam versões públicas do mundo.

De modo especial, concluímos que o estudo da anáfora contribui muito para a atividade de leitura, pois, ao optar por esta abordagem conceitual, buscamos apresentar a relação entre o homem, o linguístico, o social e o histórico, numa perspectiva do funcionamento do sistema na sua relação com o contexto situacional, social. Isso porque como tentamos deixar claro nesta pesquisa, "[...] *o sentido não está no texto*, mas se *constrói a partir dele*, no curso de uma interação." (KOCH, 2001, p. 25, grifo da autora). Portanto, a atividade de leitura passa a ser um trabalho complexo, de interação com o texto, que proporciona ao leitor, como construtor de sentido, entender melhor a si e à sociedade em que vive.

Ao chegar ao final deste trabalho, destacamos o sentimento de que, cada vez mais, o trabalho do professor e a educação vêm se tornando referências para a transformação da realidade em que se encontram muitos brasileiros e, especialmente, muitas crianças. Portanto, cada vez mais pesa sobre a educação a responsabilidade de formar cidadãos conscientes, críticos e afetuosos. Nessa perspectiva, observamos que o estudo da língua portuguesa é fundamental, pois trabalha com o que existe de mais humano nas pessoas, a língua.

Somos cientes das limitações deste trabalho e devido a relevância desse assunto acreditamos estas reflexões possam desencadear outras tantas, talvez mais profundas e complexas. Disponibilizamos esta pesquisa a outros profissionais da educação como convite à reflexão sobre a prática pedagógica e a mudança de paradigmas. Quanto a nós, resta o sentimento de estar cumprindo nosso juramento de professor, lutando pela dignidade dessa profissão e sendo para os alunos um exemplo de luta constante à procura da sabedoria. Continuemos nossa caminhada...

REFERÊNCIAS

AÇÕES da BM têm novo formato. **Zero Hora,** 9 maio 2009.

AMORIM, Francisco. Assaltantes inovam em roubo a banco na capital. **Zero Hora,** 23 abr. 2009.

APOTHÉLOZ, Denis e CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação.**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 131-176.(Clássicos da Lingüística, I).

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84. (Clássicos da Lingüística, I).

BAHIA. Juarez. **Jornal, história e técnica** – as técnicas do jornalismo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBIERI, Letícia. Dívida chegava a R$ 2 milhões. **Zero Hora**, 17 abr. 2009.

BEAUNGRANDE, RobertÁlain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introdución a la lingüística del texto**. Córcega, Barcelona: Editorial Ariel, 1997.p. 33-47.

BELLES, Leonardo. Mistério cerca sumiço de adolescente. **Zero Hora,** 5 mar.2009.

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de lingüística geral II**. São Paulo: Pontes, 1989 [1970]. p. 81-92.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDESZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. **Gêneros textuais:** reflexões e ensino. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 57-73.

BRASIL. MEC. SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução. 3º e 4º ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, Brasília, 1998.

CASA escondia metralhadoras. **Zero Hora,** 22 maio 2009.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referencias - uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 44, p 1-14, jan./jun. 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003. (Clássicos da Lingüística, I).

_____. Processos de referenciação – uma revisão classificatória. In: ENANPOLL, XIX. Maceió, julho de 2004. **Anais.**

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação.**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190. (Clássicos da Lingüística, I).

CUNHA. Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

ECONOMIA global – Reação traz euforia. **Zero Hora,** 5 maio 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça . **Lingüística textual**: uma introdução. 5.ed. São Paulo, Cortez: 2000.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação** – as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de redação**. São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_n.htm>, Acesso em: 15 abr. 2009.

FRANCESCHINI, Felipe. Notícia e reportagem: sutis diferenças. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 9, n 22, p. 144 a 155, jan./jun. 2004.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação.**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190. (Clássicos da lingüística, I).

GRUPO RBS. **Guia de ética, qualidade e responsabilidade social**. 2. ed. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. 60 p. Disponível em: <http://www.rbs.com.br/responsabilidade_social/guia_etica/Guia_de_Etica_20_11_2008.pdf.> Acesso em: 25 abr. 2009.

HAMMES, Maria Isabel. O peso do oriente na recuperação. **Zero Hora**, 5 maio 2009.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva**.** In: **Delta**, v. 4, n. esp, p. 169-190, 1998.

_____; TRAVAGLIA Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. **Referenciação por meio de expressões nominais**: aspectos cognitivo-discursivos, semântico-pragmáticos e textuais. Palestra na UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. (2001b).

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **A referenciação como construção de objetos-de-discurso.** 2003 (apresentação de trabalho/congresso), p. 1-16.

_____; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, p.251-299, 2004. v. 3

_____. **Introdução à lingüística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

_____; MORATO, Edwirges Maria; BENTES, Anna Christina. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005a.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos dos textos**. São Paulo: Contexto, 2006.

LAGE, Nilson. **A reportagem, teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Record, 2001.

_____. **Estrutura da notícia**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2004.

LEMOS, Ana Amélia. Arrumar a casa. Zero Hora, 18 mar. 2009.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Jornalismo e "construção de futuros**"**. Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación,VI. 5 a 8 de junho de 2002, Universidad Privada de Santa Cruz de la Sierra, Bolíiva. Disponível em: <http//www.bocc.ubi.pt> Acesso em: 20 abr. 2009.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos. In: In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim (Org.). **Gêneros textuais:** reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 74-83.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: UnB, 1996.

MARCUSCHI, Luis Antônio.; KOCK, Ingedore V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. B. (Org.) **Gramática do português falado.** Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1998. v. VIII.

_____. **Quando a referência é uma inferência**. In: GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, UNESP, Assis –SP. 2000a.

_____. **Anáfora indireta**: o barco textual e suas âncoras. Trabalho apresentado no CelSul, Curitiba, publicado nos Anais do Congresso, 2000b.

_____. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, Dino. **Fala e escrita em questão.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001a.

_____. Atos de referenciação na interação face a face. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 41, p. 38-43, jul./dez. 2001b.

_____. Dimensão discursiva das atividades de categorização e referenciação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOLL, GT- Lingüística de texto e análise da conversação. Gramado, RS, 24-28 de junho de 2002a.

_____. **Do código para a cognição**: O processo referencial como atividade criativa. Remetido para Edwirges Morato para publicação na revista **Vereda**s, UFJF, com textos do encontro sobre I Conferência de Cognição Unicamp em março de 2003.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim (Org.). **Gêneros textuais:** reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 23-35.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____.Atividades de referenciação no processo de produção textual e ensino de língua. In: ENCONTRO NACIONAL DO GELCO, I, Campo Grande: de 10 a 13 de outubro, 2001a. **Anais...**

_____. Gêneros textuais: definição e funcionabilidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

METADE dos presos poderia pedir liberdade. **Zero Hora,** 14 fev. 2009.

MILNER, Jean Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. . In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130.(Clássicos da Lingüística, I).

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). **Referenciação.** . São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-51.(Clássicos da Lingüística, I).

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3

O RIO Grande não merece isso! **Zero Hora,** 12 maio 2009.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elia. **As grandes teorias da lingüística**: da gramática comparada à pragmática. Trad. M.R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo, Parábola Editorial, 2007. p. 152-183.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de lingüística geral**. Org e Edit. por Simon Bouquet e Rudolf Engler. Trad. de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCLIAR, Moacyr. Gripe: o que mudou. **Zero Hora**, 5 maio 2009.

SEM acento no pé. **Zero Hora**, 17 fev. 2009.

TORRES, Eduardo. Ladrão de carro aos 11 anos. **Zero Hora,** 17 fev. 09.

TREZZI, Humberto. Governo dará vantagens por prisões. **Zero Hora,** 2 abr. 2009.

_____. 12% dos presos estão em delegacias do país. **Zero Hora**, 1 mar. 2009.

_____. Corte federal ameaça os novos presídios. **Zero Hora**, 2 abr. 2009.

CIP – Catalogação na Publicação

W464a Welter, Graciele Hilda
A anáfora encapsuladora como objeto de discurso na construção do sentido no gênero textual notícia / Graciele Hilda Welter. – 2009.
98 f. ; 30 cm.

Orientação: Profª. Dr. Cláudia Stumpf Toldo.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, 2009.

1. Anáfora (Linguística). 2. Análise do discurso. 3. Referência (Linguística). I. Toldo, Cláudia Stumpf, orientadora. II. Título.
CDU : 801

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569